



Índice

- 01** Advogado quer habeas corpus para índios suspeitos de matar 3 no AM
- 02** Pequeno retrato de como anda a incitação ao preconceito e à violência em Humaitá e adjacências
- 03** Índios da Amazônia: o último combate (agora legendado em português)
- 04** I Chamada para Projetos de Organizações Afro-Brasileiras da Sociedade Civil
- 05** Quem garante que a justiça vai manter esses índios presos?
- 06** Juiz no Araguaia realiza reunião com Indígenas e Fiscais da SEMA
- 07** Índios assassinos? Não creio! Chamem Rousseau!!!
- 08** MPF apura genocídio contra ribeirinhos de Porto Esperança
- 09** Câmara deve acompanhar o caso dos índios Awá-Guajá
- 10** Secretário da SDR assina escrituras de indenizações para agricultores da região
- 11** Prefeitura terá de aumentar subvenção em 58% para garantir transporte gratuito a índios e assentados
- 12** HQ do Amapá retrata conflito entre indígenas e madeireiros na Amazônia
- 13** Instrução Normativa que garante diárias e passagens a indígenas é totalmente ilegal, dispara membro da FPA
- 14** Terras indígenas devem motivar debates em 2014



- 15** Advogado orientou índios Tenharim a ficarem calados e acusa Polícia Federal de tentar incriminá-los
- 16** Violência contra índio está banalizada, diz presidente da Funai
- 17** Ricardo Albuquerque, advogado dos Tenharim: "Os policiais não foram investigar; eles foram lá para tentar comprovar uma convicção já formada"
- 18** André põe equipe de governo à disposição de Ministério para fim de conflitos
- 19** A falta de água na cidade de Pesqueira preocupa as Lideranças Indígenas Xukuru!
- 20** Indígenas vão ajudar a definir aplicação de verbas em ações de saúde
- 21** Índios preparam ocupação em prédio de secretaria estadual
- 22** Grupo de indígenas invade ginásio em Gentil
- 23** Baiano rechaça as acusações de aliciamento e diz que mantém apoio às causas indígenas
- 24** No Pará, indígenas apreendem máquinas e expulsam garimpeiros
- 25** Indígenas fecham BR-174 no sentido Pacaraima, em Roraima
- 26** PF já retomou 16 propriedades no Sul da BA, milícia indígena ainda controla 58
- 27** Saúde na Terra Indígena Vale do Javari: a crise continua (com estudo de 2011 para baixar)
- 28** Polícia escolta carros em Humaitá (AM) para evitar conflito com índios
- 29** Índios devem fechar rodovia hoje em Coronel Sapucaia.
- 30** Índios guaranis-caioás têm até 26 de fevereiro para deixar área de fazenda



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

-
- 31** Tenharim: na onda de boatos, falácia e desinformação não têm limites
 - 32** Indígena é eleito presidente do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU

Advogado quer habeas corpus para índios suspeitos de matar 3 no AM SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 01.02.2014

JULIANA COISSI
DE SÃO PAULO

CRIME NO AMAZONAS

Tensão na região de Humaitá começou com desaparecimento de homens próximo a reserva indígena

03.dez

Cacique aparece ferido na Transamazônica e morre no hospital. Para a polícia, ele sofreu um acidente de moto. Um servidor da Funai questionou a versão

16.dez

Três homens desaparecem num trecho da Transamazônica que cruza a cidade de Humaitá. PF procura os desaparecidos na região da reserva Tenharim

25.dez

Manifestantes cobram investigações sobre os desaparecimentos e incendeiam prédios, carros e embarcações da Funai e da Funasa



27.dez

Moradores destroem pedágio implantado por indígenas Tenharim às margens da Transamazônica

28.dez

Forças federais buscam pelos três desaparecidos na reserva indígena Tenharim

4.jan

PF encontra próximo a uma aldeia Tenharim peças queimadas de um veículo que supostamente levava os três homens desaparecidos

10.jan

Funai exonera servidor que levantou suspeita de que o cacique tinha sido morto

30.jan

PF prende cinco índios suspeitos de matar e ocultar os corpos dos três homens desaparecidos na região



A defesa dos cinco índios tenharim que foram presos na noite de quinta-feira (30) em Humaitá (AM) vai pedir um habeas corpus para a soltura dos suspeitos. A Polícia Federal responsabiliza os cinco pela morte de três homens desaparecidos no mês passado.

O advogado Ricardo Tavares de Albuquerque, que representa os detidos, disse que não teve acesso ainda à íntegra do inquérito. Por essa razão, segundo ele, orientou os cinco indígenas a ficarem calados durante depoimento prestado na última sexta-feira (31) à polícia. Eles negam a acusação, conforme a defesa.

Para Albuquerque, as provas apresentadas pela PF são superficiais. "Os testemunhos são muito genéricos, de alguém que ouviu falar de outro. Não individualizam a conduta", disse.

Segundo a polícia, os cinco índios da etnia mataram três pessoas e ocultaram os cadáveres. Apesar das buscas nas aldeias do território tenharim desde dezembro, ninguém foi localizado.

"As conclusões da investigação apontam para a ocorrência de homicídio praticado pelos presos dentro de uma das aldeias e posterior ocultação dos cadáveres. Os corpos ainda não foram localizados", informou a PF.

Policiais encontraram peças queimadas de um veículo dentro da área indígena. O material está sendo analisado pela perícia para verificar se eram do carro onde estavam o funcionário

da Eletrobras Aldeney Salvador, o representante comercial Luciano Ferreira e o professor Stef de Souza.

CONT.



Os três viajavam juntos pela rodovia Transamazônica (BR-230), que corta o território tenharim, quando desapareceram, no dia 16 de dezembro. Em razão de os três não terem sido localizados, moradores chegaram a fazer um protesto e atearam fogo na sede da Funai no fim daquele mês.

Vivem no território tenharim cerca de 800 índios da etnia, que estão distribuídos em oito aldeias. A maioria da área está localizada na cidade de Humaitá, e índios cobram pedágio ao motorista que queira cortar o território via Transamazônica.

TRANSFERÊNCIA

Estão presos o cacique Domiceno, da aldeia Taboca, Valdinar e Simião, da aldeia Marmelo e os irmãos Gilvan e Gilson, da aldeia Kampinho. Eles dois são filhos do cacique Ivan, que morreu no fim do ano passado –segundo a polícia, o líder indígena caiu da moto.

Além do habeas corpus, Albuquerque irá solicitar a transferência dos detidos, que foram levados pela polícia para a penitenciária estadual Pandinha, em Porto Velho (RO), considerada de médio porte.

"A cadeia onde eles estão é desumana. O chão estava molhado, inclusive dormiram a primeira noite neste chão molhado. Havia lixo, rato, barata. Completamente insalubre", afirmou o advogado.

A reportagem não conseguiu ouvir o governo de Rondônia, responsável pela administração do presídio de Pandinha, em relação às críticas sobre as condições da penitenciária.



Pequeno retrato de como anda a incitação ao preconceito e à violência em Humaitá e adjacências

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.02.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Acho que as imagens abaixo, fotografadas diretamente do facebook, falam mais que qualquer discurso meu. Só espero que a determinação da Justiça Federal, mandando garantir segurança aos indígenas de Tenharim Marmelos, prevaleça. Porque o que está acontecendo é uma nova campanha de incitação ao preconceito e à violência.

Observação: a repetição de parte da falas é exatamente para caracterizar a continuidade.

**Francisco Chagas Souza**
há 5 horas

Índios ameaçam capturar reféns na BR 230

As prisões dos cinco índios e a notícia de que outros ainda poderão ser presos, fizeram aumentar a tensão no meio indígena, que começaram a reagir de forma contrária à ação da polícia federal, colocando em risco o trânsito e a passagem de não índios na reserva. Uma informação preocupante acontecida na tarde de ontem, dão conta de que alguns índios Tenharim se deslocaram até o km 80 da BR 230 para ameaçar de seqüestro qualquer pessoa que pudessem capturar no local. Uma jovem que reside com sua família no local chegou no final da tarde desta sexta-feira em estado de choque, chorando e dizendo que os índios estiveram em sua casa ameaçando seqüestrar as pessoas caso não libertem imediatamente os cinco índios presos. Leia com exclusividade em www.acriticadehumaita.com.br

FOTO: JEAN SANTIAGO



[Curtir](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

82 pessoas curtiram isso.

34



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

Índios da Amazônia: o último combate (agora legendado em português)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=vnVifutdyTM

Excelente documentário francês sobre as ameaças sofridas pelos Awá por causa da exploração ilegal de madeira que abastece o mercado internacional. Agora legendado em português por ChicoLibry, a quem agradecemos, seja ele quem for!



I Chamada para Projetos de Organizações Afro-Brasileiras da Sociedade Civil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.02.2014

O Baobá – Fundo para Equidade Racial (doravante, o Fundo Baobá) tem o prazer de lançar a I Chamada para projetos de organizações da sociedade civil (OSCs) afro-brasileiras, direcionada a grupos e organizações que desenvolvem projetos pró-equidade racial no Brasil.

Criado em 2011, o Fundo Baobá é uma organização sem fins lucrativos cujos objetivos são: mobilizar pessoas e recursos, no Brasil e no exterior, para apoiar projetos pró-equidade racial de organizações da sociedade civil (OSCs) afro-brasileiras; e promover a filantropia para a justiça social no país. O Fundo Baobá também visa apoiar esforços que contribuam para a sustentabilidade político-financeira destas OSCs e para a manutenção de sua contínua capacidade de implantar projetos efetivos.

Essa chamada de projetos tem o generoso apoio da Fundação Kellogg e da Fundação Tides.

Objetivo do concurso

Apoiar organizações pequenas e médias da sociedade civil (OSCs) afro-brasileiras na implantação de projetos que ampliem a promoção da equidade racial no Brasil.

Público-alvo

OSCs afro-brasileiras, ou seja, organizações sem fins lucrativos que estejam empenhadas na promoção de direitos baseados nas políticas públicas e direitos cidadãos para homens, mulheres e jovens afro-brasileiros. Algumas dessas organizações comumente encontradas no Brasil incluem:

- organizações de mulheres negras
- organizações da juventude negra
- organizações LGBT negras
- organizações não governamentais negras (ONGs)
- organizações negras de base comunitária (OBCs)
- organizações de base e movimentos sociais negros
- organizações culturais negras
- organizações das religiões de matriz africana (comunidades de terreiros)
- quilombos
- pequenos grupos negros de produção

Eixo temático para a apresentação de propostas

Projetos que fortaleçam as organizações e garantam direitos da população negra.

CONT.



Temas

Acesso à terra;
Acesso à infraestrutura em comunidades rurais e urbanas (água, luz, esgoto, asfaltamento etc);
Ampliação das possibilidades de educação formal e não-formal;
Valorização e difusão de bens culturais materiais e simbólicos (produção artística – música, dança, canto, literatura etc; práticas culturais tradicionais e inovadoras);
Ampliação da qualidade de vida e promoção de ações preventivas na área da saúde;
Livre exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos;
Formação política, incidência em espaços de poder e controle social;
Melhoria das condições socioeconômicas da população negra do Brasil;
Empreendedorismo;
Diálogo intergeracional nas organizações e entre organizações afins, e diálogos feministas e ou de gênero.

Atividades desejadas

Capacitação e difusão de direitos cidadãos garantidos direcionadas à população negra nos temas mencionados;
Reivindicação de direitos garantidos para a população negra, ainda sem regulamentação ou cujo exercício seja reduzido;
Articulação entre as OSCs afro-brasileiras e OSCs de mulheres negras e com redes de organizações da sociedade civil (OSCs) afro-brasileiras e/ou de mulheres negras, entre si ou com outros grupos;
Fortalecimento das organizações da sociedade civil (OSCs) afro-brasileiras como OSCs de mulheres negras, LGBT, quilombolas e de comunidades de terreiro, entre outras, a fim de fazer valer o seu direito de ser ouvido e para fortalecer seu processo de tomada de decisão;
Campanhas pelos direitos dos afro-brasileiros.

O que NÃO financiamos

Projetos ligados a partidos políticos ou de formação/ensino religioso. Isso não inclui projetos em áreas como educação ambiental ou combate à intolerância religiosa, entre outros, no âmbito das religiões de matriz africana;
Compra ou reforma de edifícios, propriedades, escritórios, instalações, sede etc;
Compra de veículos automotores, telefones e/ou rádios e passagens para os Estados Unidos;
Atividades relacionadas à advocacy (exceto campanhas informativas), lobby, formulação de políticas públicas;
Bolsas de estudo;
Apoio a indivíduos, eventos ou viagens isoladas que não estejam relacionadas aos projetos selecionados;

Condições necessárias para participar

O projeto deve ser apresentado por uma OSC afro-brasileira que trabalhe com projetos pró-CONT.



equidade racial;

A organização necessita estar formalmente registrada como sem fins lucrativos. Os recursos solicitados pelos grupos podem incluir gastos com a atualização de documentos.

É necessário preencher o formulário para solicitação de apoio e enviá-lo ao endereço postal do Fundo Baobá. Valerá a data de postagem.

As propostas enviadas que não cumpram esses requisitos não serão consideradas na chamada.

Responsabilidade das entidades apoiadas

1. As organizações se comprometem a entregar à instituição avaliadora um relatório narrativo e financeiro, durante a execução e ao final da implantação do projeto.
2. As organizações apoiadas se comprometem a fornecer informações atualizadas sobre o cumprimento do objeto e sobre as atividades realizadas no projeto ao Fundo Baobá, caso a instituição avaliadora entre em contato solicitando tais atualizações.
3. A doação terá que ser devolvida, caso seja identificada irregularidade no cumprimento dos objetivos explicitados no projeto, ou seja, uso inadequado dos recursos, falta de transparência na prestação de contas, descumprimento deste Edital e/ou de qualquer cláusula do contrato que deverá ser assinado entre a organização selecionada e a instituição avaliadora.
4. Em nenhuma hipótese será permitida a transferência do projeto ou dos recursos à outra organização, sem a expressa autorização por escrito do Fundo Baobá.
5. Caso a organização se dissolva ou opte por mudanças que afetem a execução do projeto, antes de tê-lo executado totalmente, deve avisar imediatamente ao Fundo Baobá para que sejam tomadas as providências necessárias.

Acompanhamento dos projetos

A partir da seleção, as organizações podem e devem contatar o Fundo Baobá sempre que surgir uma dúvida ou dificuldade, incluindo mudanças na coordenação do projeto.

Os projetos serão acompanhados por meio de relatórios narrativos e financeiros enviados ao Fundo Baobá pelas organizações selecionadas. Ocorrerão também visitas, previamente agendadas, de membros da equipe do Fundo Baobá ou consultoras(es) indicadas pelo Fundo. As visitas podem acontecer após o encerramento do projeto.

Seleção

A seleção dos projetos caberá unicamente à Comissão de Seleção, formada por representantes indicados pelo Fundo Baobá. Só é possível apresentar 01 (um) projeto por organização.

As propostas serão avaliadas nos aspectos técnico e administrativo. As organizações pré-selecionadas no aspecto técnico serão solicitadas a apresentar seus documentos legais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

(Estatuto Social, CNPJ etc) para a conclusão do processo seletivo.

Os projetos selecionados deverão ter valor máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O recurso será repassado a cada projeto selecionado em duas parcelas: a primeira na assinatura do contrato; e a outra parte após a aprovação do relatório narrativo e prestação de contas parcial.

Prazos

- 1) Os projetos devem prever duração total de 12 meses.
- 2) Período de vigência do concurso: de 15 de janeiro a 07 de março de 2014.
- 3) Divulgação dos resultados: 01 de julho de 2014.

Meio de divulgação do resultado do concurso

As organizações selecionadas para receberem a doação serão contatadas por e-mail ou telefone e seus nomes serão divulgados na data marcada neste edital nas mídias sociais do Fundo Baobá, a partir de 01 de julho de 2014. Os demais projetos não selecionados não serão notificados e nem devolvidos.

Disposições gerais

Integrantes do Comitê de Seleção e dos órgãos diretivos do Fundo Baobá (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal etc), assim como toda a equipe do Fundo, não podem apresentar projetos nessa Chamada.

Endereço para envio da correspondência

Baobá – Fundo para Equidade Racial

Rua da Aurora, 325 sala 103 – Boa Vista

Recife – PE CEP: 50050-010

Contato responsável: Cristina Lopes

E-mail: clopes@baoba.org.br

Observação: NÃO serão aceitas propostas enviadas via correio eletrônico.



Quem garante que a justiça vai manter esses índios presos?

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 01.02.2014

"Quem garante que a justiça vai manter esses índios presos? Prisão nenhuma vai amenizar a dor que estão sentindo. A esperança era que eles fossem encontrados vivos, mas isso acabou. A gente tá sentindo muito a falta dele", desabafou Stefanon Pinheiro de Sousa, irmão do professor Stef Pinheiro de Sousa (43), um dos três sem etnia desaparecidos dentro da Terra Indígena Tenharim, em Humaitá, no sul do Amazonas.

Acompanhado do pai, Stefanon foi até a superintendência da Polícia Federal em Porto Velho em busca informações sobre a prisão dos cinco índios acusados pela morte dos três homens. Os familiares das três vítimas foram informadas sobre as prisões pelo delegado Alexandre Alves que conduziu o inquérito. Alves e o delegado Arcelino Damasceno, superintendente em exercício da PF em Rondônia revelaram como Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador foram mortos na aldeia.

Ao deixar a sede da PF, Stefanon disse que o delegado Alves, que conduziu as investigações, detalhou como os indígenas agiram: "Ele disse que meu irmão e o Luciano foram mortos a tiros dentro do carro. Os índios pararam o carro e atiraram. O Aldeney saiu e mostrou o crachá da Eletrobrás, onde ele trabalhava, mas os índios não queriam deixar testemunhas e mataram ele degolado. Ele também disse que as investigações ainda não terminaram e que ainda pode acontecer mais alguma coisa. A gente vai pra casa agora, porque pra nós nada mais faz sentido.

Com informações do Rondônia Agora e Terra Magazine



Juiz no Araguaia realiza reunião com Indígenas e Fiscais da SEMA

SÍTIO COMUNICAÇÃO IMPARCIAL, 01.02.2014

Na última terça (28/01) foi realizada na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, uma reunião com o Juiz da 15.^a Zona Eleitoral de São Félix do Araguaia: Dr. Leonísio Salles de Abreu Júnior e contou com participação do coordenador do DSEI, Milton Souza, agentes da SEMA.

Capitão-Tenente da Agencia Fluvial da Marinha do Brasil de São Félix do Araguaia - MT, (AA) Silvio César Rocha de Sá, Presidente da Câmara Municipal de São Félix Vereador e Locutor Eurípedes Tavares representantes indígenas e a população geral. O assunto tratou da venda de bebidas alcoólicas para os Indígenas e pesca ilegal durante a piracema.

Na reunião os fiscais da SEMA explicaram que o objetivo que trouxeram à cidade de São Félix foi conscientizar os pescadores a garantir a reprodução e desova dos peixes no período chamado de defeso da piracema, onde aceitaram o convite do juiz Dr. Leonísio e contaram com o apoio do SESA.

E do prefeito de São Félix José Antonio de Almeida (Baú), onde receberam todo o apoio que não foi oferecida pelo governo do estado que parece estar pouco preocupado com a cidade de São Félix do Araguaia e cidades vizinha.

Para alguns, falta também mobilização de representantes e entidades do município. Talvez achem que São Félix do Araguaia é uma cidade que não precisa de apoio, é só dar uma passada pelas cidades vizinhas e zona rural e ver o clamor.

"Recentemente o governou Silval Barbosa (PMDB) visitou a cidade de São José do Xingu, inaugurou a pavimentação de 47,5 km da MT-437, no distrito de Santo Antônio de Fontoura, fez vistorias na MT-430 sentido Confresa, Vila Rica e assinou o contrato com o Dnit para a pavimentação da BR-158, Santa Terezinha vistoriar a obra de pavimentação da MT-413 (ligação com BR-158).

Porto Alegre do Norte, lançou edital de licitação do Hospital Regional, e na cidade de Canabrava do Norte inaugurou as obras da MT-412, em seguida retornou para a Cuiabá.

Espera-se que a população de São Félix do Araguaia e cidades vizinhas percebam que estamos em períodos de grandes conquista e ao mesmo tempo enfrentamos abandono total crítico resistindo sabendo-se que nosso município não é diferente dos demais. "Isso é uma vergonha".

Quanto à questão do Dr. Leonísio avalia que o alcoolismo hoje tem alto índice de consumo e favorece a violência levando muitos indígenas ao suicídio, tanto homens quanto mulheres de acordo pesquisas realizadas nos últimos anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

“A reunião, foi mais uma grande conquista para os povos indígenas, tanto do lado de Mato Grosso, na região do Araguaia, quando de Tocantins existe um grande quantidade de aldeias Karajá cuja população tem afinidade, frequenta os dois territórios e também tem em comum o grande consumo de álcool e drogas.

Daí a realização de reuniões envolvendo autoridades e lideranças indígenas dos dois estados são de suma importância, respeitando as diferenças de cada Povo.”, Conclui.

Daniel Coxini Karajá achou que foi um momento de interlocução importante para os Indígenas. Mas que também seja levado como espaço de interlocução importante, para o governo.

“E é preciso que nós voltemos a nos olhar, não só a Bancada Indígena, mas, sobretudo a Bancada do Governo, o seu compromisso, o seu papel com a questão da educação indigenista.

Entendemos que a nossa presidente, vem sinalizando uma abertura muito boa de diálogo para com o Movimento Indígena e nós queremos que a política indigenista, seja de forma levantada no governo federal como algo prioritário”. Finaliza

Após criação de normas para coibir o consumo de álcool e drogas nas aldeias da nação Karajá de Mato Grosso e Tocantins, as mortes decorrentes da dependência química continuam ocorrendo nas aldeias da Ilha do Bananal.

As medidas foram estabelecidas durante seminário promovido em outubro de 2010 pelo Ministério Público de Tocantins em São Félix do Araguaia, 1.150 km ao nordeste de Cuiabá.

Fonte: Escrito por: Vanessa Lima/O Repórter do Araguaia



Índios assassinos? Não creio! Chamem Rousseau!!!

SÍTIO REVISTA VEJA, 01.02.2014

A Polícia Federal prendeu, no início da noite de quinta-feira, cinco os índios suspeitos de sequestrar e matar três homens na rodovia Transamazônica, a 100 quilômetros da região de Humaitá, Sul do Amazonas, na reserva indígena Tenharim-Marmelos. O desaparecimento ocorreu há pouco mais de um mês e causou protesto de moradores.

Além de policiais federais, a megaoperação contou com a Polícia Rodoviária Federal, Exército e Força Nacional. O funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, o representante comercial Luciano Ferreira e o professor Stef de Souza viajavam juntos pela Transamazônica, quando desapareceram em 16 de dezembro. No início deste mês, a PF encontrou peças de automóvel queimadas na terra Tenharim-Marmelos. O resultado da perícia, no entanto, não foi divulgado.

Segundo informações preliminares da PF, os corpos das vítimas, por enquanto, não foram encontrados, mas teriam sido jogados em um rio. O inquérito foi instaurado três dias depois do desaparecimento, em 19 de dezembro. Mais de 100 pessoas já foram ouvidas pela polícia.

Índios assassinos? Não creio! Mas Rousseau não dizia que eram seres puros, bons selvagens? A Funai não os trata como seres inimputáveis? A esquerda caviar não alimenta a ilusão de que são grupos livres da corrupção do capitalismo, segundo eles causa de todos os nossos males?

Pois é. Os índios da realidade são bem diferentes dos idealizados. No mundo real, algumas tribos praticam infanticídio até hoje, para se ter ideia da barbárie. Nasceu com "defeito", é enterrado vivo. Outras tribos participam e esquemas enormes de corrupção envolvendo a própria Funai, como escândalos já trouxeram à tona.

No campo, vários índios, muitas vezes financiados por ONGs internacionais, têm causado transtorno para o agronegócio, principal locomotiva do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos. Se antes eram os invasores do MST a prejudicar o setor, hoje os indígenas já se transformaram na maior ameaça.

Até quando vamos nutrir essa imagem romântica e boba dos índios? Até quando vamos tratá-los como inimputáveis? Até quando vamos, por sentimento obtuso de culpa coletiva, ajudar a criar uma segunda nação, a nação indígena, dentro do próprio território nacional?

Por mim, já passou da hora de tratar "índios" (muitos totalmente aculturados, com calças jeans e celular) como brasileiros, e todos sob os mesmos critérios legais, sob o império das leis isonômicas.

Rodrigo Constantino



MPF apura genocídio contra ribeirinhos de Porto Esperança

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 02.02.2014

Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul solicitou à Polícia Federal (PF) a instauração de inquérito policial para apurar casos de violência contra a comunidade ribeirinha de Porto Esperança, em Corumbá/MS. Desde o final do ano passado, empresa agropecuária tem constrangido a comunidade com a fixação de cercas, que confinam os moradores e impedem o acesso às áreas de convivência e à estrada que liga a comunidade à BR-262.

Segundo representação dos ribeirinhos, a ABBS Agropecuária, sob alegação de posse das terras, passou a instalar cercas ao redor das residências, ignorando plantações e forçando a demarcação da área por meio de seguranças armados, que passaram a intimidar os moradores a não denunciar o caso.

Representante da empresa chegou a afirmar que a área teria sido concedida a eles pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o que garantiria a legalidade da medida. Contudo, apurações do MPF desmentiram a versão da ABBS e identificaram fortes indícios de que toda a área em que a empresa está instalada é de posse da União, utilizada há séculos pela comunidade tradicional, só podendo ser concedida a particulares por um documento específico da SPU.

Pela declaração inverídica - contrariada pela própria SPU - o gestor da empresa deve responder criminalmente por falsidade ideológica. Denúncia contra ele foi encaminhada à Justiça Federal pelo MPF em Corumbá.

Tensão

Sem legitimidade para fazer delimitações, e muito menos ameaças, a ABBS estaria exercendo arbitrariamente suas razões – o que também é crime. As atividades irregulares da empresa não apenas criaram tensão na região, como geram o risco de extinção da comunidade tradicional.

No final de 2013, diante do mal estar instalado entre os ribeirinhos e a empresa, o Ministério Público Federal ajuizou ação cautelar para retirada imediata das cercas. A Justiça, mesmo reconhecendo que a terra é da União, optou pela tentativa de conciliação e audiência judicial foi marcada para o dia 13 de fevereiro.

Porém, o MPF deve recorrer da decisão ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3): “As atitudes da empresa demonstram que não há intenção em realizar acordo. É preciso derrubar as cercas imediatamente ou corremos o risco de perder uma comunidade tradicional pantaneira”.

Violência

CONT.



Apesar da ação civil em andamento, o Ministério Público Federal destaca a necessidade de apurações na esfera criminal. Segundo a instituição, há denúncias de violência física e psicológica; relatos da convocação de policiais civis para prestar serviços de segurança no local e intimidar os moradores; além da clara intenção de tomar posse de terreno público. Tais situações configurariam os crimes de genocídio, formação de milícia armada e invasão de terra pública, respectivamente.

“A comunidade Porto Esperança é composta por grande número de idosos, que vivem no local há anos, e é inconcebível que sejam ameaçados e obrigados a passar por debaixo de cercas para transitar no local que sempre viveram. Além da área de preservação permanente, há fortes indícios que a terra seja toda da União, o que faz com que as medidas tomadas pela empresa sejam ainda mais desarrazoadas”, explica o MPF, que acompanha a situação da comunidade em Inquérito Civil Público instaurado na Procuradoria em Corumbá.

No município, há ainda outra investigação que analisa os impactos causados à comunidade de Porto Esperança pela instalação da MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA. A empresa pretende instalar um porto na região do conflito e há suspeita de vínculo com a ABBS Agropecuária.



Câmara deve acompanhar o caso dos índios Awá-Guajá

SÍTIO BRASIL 247, 02.02.2014

A desocupação das terras dos índios Awá-Guajá será acompanhada pela Câmara dos Deputados quando acabar o recesso parlamentar nesta segunda-feira, dia 3; a terra indígena foi reconhecida em 1992 e homologada em 2005, mas vinha sendo alvo de constantes invasões e de exploração ilegal de madeira

Maranhão 247 - A desocupação das terras dos índios Awá-Guajá será acompanhada pela Câmara dos Deputados quando acabar o recesso parlamentar nesta segunda-feira, dia 3. A tribo Awá-Guajá tem cerca de 400 índios isolados que vivem exclusivamente da caça e coleta de frutos e raízes, no noroeste do Maranhão.

A terra indígena foi reconhecida em 1992 e homologada em 2005, mas vinha sendo alvo de constantes invasões e de exploração ilegal de madeira. Em janeiro começou, efetivamente a desocupação das terras.

O deputado federal Weverton Rocha (PDT) lidera um movimento contrário a desocupação da reserva e defende a atuação de madeireiros na área.

"Voltando do recesso, nós precisamos agendar visitas aos Awá-Guajá logo depois que termine o processo de retirada dos não-índios da terra deles", adianta o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO).

A situação dos Awá Guajá levou o Parlamento Europeu a promover a conferência "Awá à beira da extinção", em Bruxelas. "O Parlamento Europeu quer manter o diálogo com o Congresso brasileiro. Eles querem que nós possamos acompanhá-los em audiências com o Ministério da Justiça, com a Funai [Fundação Nacional do Índio] e também na visita a algumas tribos na região Amazônica", explica Padre Ton, que representou a Câmara nesta conferência.

Na avaliação da Funai, a desocupação da terra dos Awá-Guajá tem ocorrido sem maiores resistências dos não-índios. As 427 propriedades que ocupam a área já foram notificadas e 165 se cadastraram junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A desocupação envolve Polícia Federal, Força Nacional, Exército, Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Instituto Chico Mendes, entre outros órgãos federais. O coordenador-geral de índios isolados e recém constatados da Funai, Carlos Travassos, ressalta que a maior parte dos não-índios da região tem optado pelo diálogo.

"As médias e grandes propriedades estão retirando o gado e as benfeitorias que lá estavam. As pessoas que têm perfil de reforma agrária estão aguardando o processo de assentamento. O mais importante é que todo o processo tem sido pacífico", ressalta Travassos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

O coordenador ressalta ainda que a Funai está trabalhando para recuperar a floresta desta região “que foi uma das mais devastadas no Brasil”.

Os não-índios notificados têm o prazo de 40 dias para deixar a reserva indígena.



Secretário da SDR assina escrituras de indenizações para agricultores da região
SÍTIO RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ, 02.02.2014

Amanhã, 03, o secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan, e o diretor do Departamento da Reforma Agrária, Jaime Martini, estarão efetuando a assinatura de escrituras públicas de indenização de áreas indígenas para 23 famílias de agricultores. Os agricultores são dos municípios de Planalto (quatro, área de Nonoai), Ronda Alta (onze, área da Serrinha) e Constantina (oito, área da Serrinha). As assinaturas ocorrem no tabelionato dos respectivos municípios (8hs em Planalto, 9hs30 em Ronda Alta e 14hs Constantina) e somam o investimento de aproximadamente R\$ 985 mil.

Investimentos nos municípios

Entre os anos de 2011, 2012 e 2013, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, executou ou está executando ações diversas nos municípios de Planalto, Ronda Alta e Constantina. Em Ronda Alta, a SDR em três anos, repassou R\$ R\$ 3.383,003, beneficiando 2.899 famílias, em programas como: Poços artesianos, Leite Gaúcho, Irrigando a agricultura familiar, Troca-Troca de Sementes, Segurança Alimentar Indígena, entre outros.

No município de Planalto, a SDR repassou R\$ 1.347.146, beneficiando 5.930 famílias em programas como: Anistias, Leite Gaúcho, Troca-Troca de Sementes, Segurança alimentar indígena, Irrigando a agricultura familiar, cartão emergência rural, entre outros. Já em Constantina, em três anos a SDR repassou R\$ 2.017.599, beneficiando 3.871 famílias em programas como: Leite Gaúcho, Forrageiras, Segurança Alimentar Indígena, Regionalização e abastecimento.



Prefeitura terá de aumentar subvenção em 58% para garantir transporte gratuito a índios e assentados

SÍTIO REGIÃO NEWS, 02.02.2014

O valor suplementar R\$ 45 mil corresponde ao custo mensal do fretamento de três ônibus, frota necessária para atender aos calculados 158 alunos

A subvenção do transporte universitário terá de ser aumentada em 58% para que seja assegurada gratuidade aos alunos indígenas e moradores dos assentamentos. O repasse mensal neste caso subiria de R\$ 77 mil para R\$ 122 mil, ainda assim abaixo dos R\$ 150 mil previstos no orçamento da Prefeitura e bem abaixo dos R\$ 333 mil gastos em 2013.

O valor suplementar de R\$ 45 mil corresponde ao custo mensal do fretamento de três ônibus, frota necessária para atender aos calculados 158 alunos oriundos destes dois segmentos. Depois da invasão de sexta-feira passada, quando um grupo de assentados e terena invadiu o Paço Municipal para cobrar a gratuidade, a cobrança pelo transporte será restrita aos alunos residentes na área urbana, embora entre eles, certamente, hajam estudantes com o mesmo perfil sócio-econômico de quem mora na zona rural.

A estimativa de gasto suplementar não computa a despesa do transporte das aldeias e assentamentos até a praça central, ponto de embarque dos ônibus que levam os estudantes até as faculdades em Campo Grande e Maracaju. Neste trajeto, a Prefeitura deve usar os ônibus da sua frota própria do transporte escolar, tendo, portanto, gastos com combustível e pagamento de hora-extra aos motoristas.

Os números exatos só serão fechados quando se souber exatamente quantos são os universitários indígenas e dos assentamentos. No cadastramento que a União dos Estudantes de Sidrolândia encerrou na quinta-feira passada não especificou quem entre os aproximadamente 700 inscritos, pertencem aos dois segmentos.

Além disso, muitos deles se recusaram a fazer o cadastramento porque não tinham o dinheiro ou simplesmente discordavam da cobrança de R\$ 25,00 como taxa de adesão. As lideranças indígenas calculam que haja 52 universitários terena, sendo 34 residentes nas aldeias Lagoinha e Córrego do Meio e 18 da aldeia urbana Tereré.

Um micro-ônibus será suficiente para trazer até a praça central quem mora nas aldeias. Já o contingente dos assentamentos deve ter 106 alunos, sendo 47 da região do Eldorado e 59 dos assentamentos situados na saída para Maracaju (Capão Bonito, São Pedro, Geraldo Garcia, Vacaria, dentre outros).

Em defesa da gratuidade os assentados tem um argumento básico: a maioria não consegue produzir nos lotes o suficiente para ter renda que cubra as despesas domésticas e só estão

CONT.



conseguindo pagar a faculdade (com exceção é claro de quem estuda em universidades públicas) porque recebem bolsa ou fizeram o financiamento estudantil.

Quem enfrenta esta situação são as assentadas Roseni de Oliveira e Terezinha Sirlei, ambas estudantes de pedagogia na Anhanguera Interativa de Sidrolândia e vizinhas de lote no Núcleo João Batista do Eldorado, a 60 quilômetros do centro da cidade.

“Não recebemos o financiamento do PRONAF, porque não saiu o DAP. O Incra não entregou o material para construção das casas e estamos há seis anos lutando para sobreviver. Recebo R\$ 70,00 do bolsa família que ajudam na despesa de casa. Só estou estudando porque consegui a bolsa concedida pela Prefeitura”, afirma dona Terezinha, que na sexta-feira deixou os filhos em casa para vir até a cidade reivindicar a gratuidade.

Mesmo quem já está num assentamento mais estruturado (como o São Pedro) garante que não tem condições de pagar pelo transporte. Dona Solange Araújo veio participar da manifestação de sexta-feira representando seu filho, Marco William, que fez o FIES (Financiamento Estudantil) para custar a faculdade de educação física na UCDB.

Já o estudante do terceiro ano de direito na mesma universidade, Anderson Brito, do Assentamento Capão Bonito, garante: seu pai já está tendo que se sacrificar para pagar os R\$ 850,00, não teria condições de arcar com uma despesa adicional.



HQ do Amapá retrata conflito entre indígenas e madeireiros na Amazônia

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 02.02.2014

'Turma da Tribo' fala sobre preservação ambiental para crianças. Roteiro é de Gian Danton. Confira

MACAPÁ - A exploração ilegal de recursos naturais inspirou a criação da história em quadrinhos 'Turma da Tribo'. Direcionada a crianças, a aventura de proteger a natureza promete boas risadas e conscientização ambiental. A história em quadrinhos usa temas amazônicos para mostrar um pouco do cotidiano amapaense, como um jantar feito à base de açaí (fruta amazônica de uma palmeira de onde é extraído um vinho comestível de cor violeta) e camarão, combinação gastronômica típica da Região Norte. A produção é repleta de trocadilhos e gírias regionais também expressas por meio das ilustrações.

A história mostra os indígenas Poti, Apoema e Toró ao encontrarem uma parte de floresta devastada, com árvores caídas em uma área de grande extensão. Logo eles descobrem que se trata do plano de um vilão e seus desastrados ajudantes para tomar toda a madeira de lei da reserva onde os indígenas vivem. Para impedi-los, o trio contará com a ajuda de Baquara, o inventor da tribo. Mas a grande ajuda mesmo acaba vindo de Caipora, um personagem da mitologia amazônica.

O lançamento da 'Turma da Tribo' em Macapá, no primeiro dia de fevereiro, é em homenagem ao Dia do Quadrinho Nacional.

Origem

A ideia para a história surgiu, segundo o roteirista responsável Gian Danton (pseudônimo do professor universitário Ivan Carlo Andrade de Oliveira), aos cinco anos de idade. Hoje, com 42 anos, o roteirista lançou a revista como a idealizou, desde as falas, personagens e o desenho - este último mais difícil de definir, disse o autor. "Não foi fácil encontrar quem pudesse expressar através do traço gráfico as personagens que existiam somente na minha cabeça".

Danton encontrou parceria no talento de Ricardo Manhães, que é ilustrador e autor de histórias em quadrinhos. Manhães trabalha há mais de 14 anos no mercado europeu de HQ. Ele participou de coleções importantes do mercados francês e belga, como 'Les Guides en BD' e 'Les Foot Furieux', e também várias publicações traduzidas para holandês. Em 2010, o ilustrador foi convidado a fazer sua versão da Turma da Mônica, em estilo franco-belga de humor, para o álbum MSP+50 em homenagem aos 50 anos de carreira de Maurício de Sousa.

Perfil

Gian Danton é roteirista de quadrinhos desde 1989. Trabalhou para diversas editoras e

CONT.

revistas, entre elas a MAD. Durante anos foi o roteirista de Joe Bennett, com o qual criou a cultuada HQ Família Titã. Seu trabalho mais conhecido na área foi o texto da graphic novel Manticore, ganhadora dos prêmios Ângelo Agostini, HQ Mix e Nova. Ele foi um dos selecionados para o álbum MSP+50 em homenagem aos 50 anos de carreira de Maurício de Sousa, para o qual produziu uma versão vintage do Astronauta, com desenhos de J. J. Marreiro. Seu livro 'Grafipar' foi indicado neste ano para o prêmio HQ Mix na categoria melhor livro teórico.

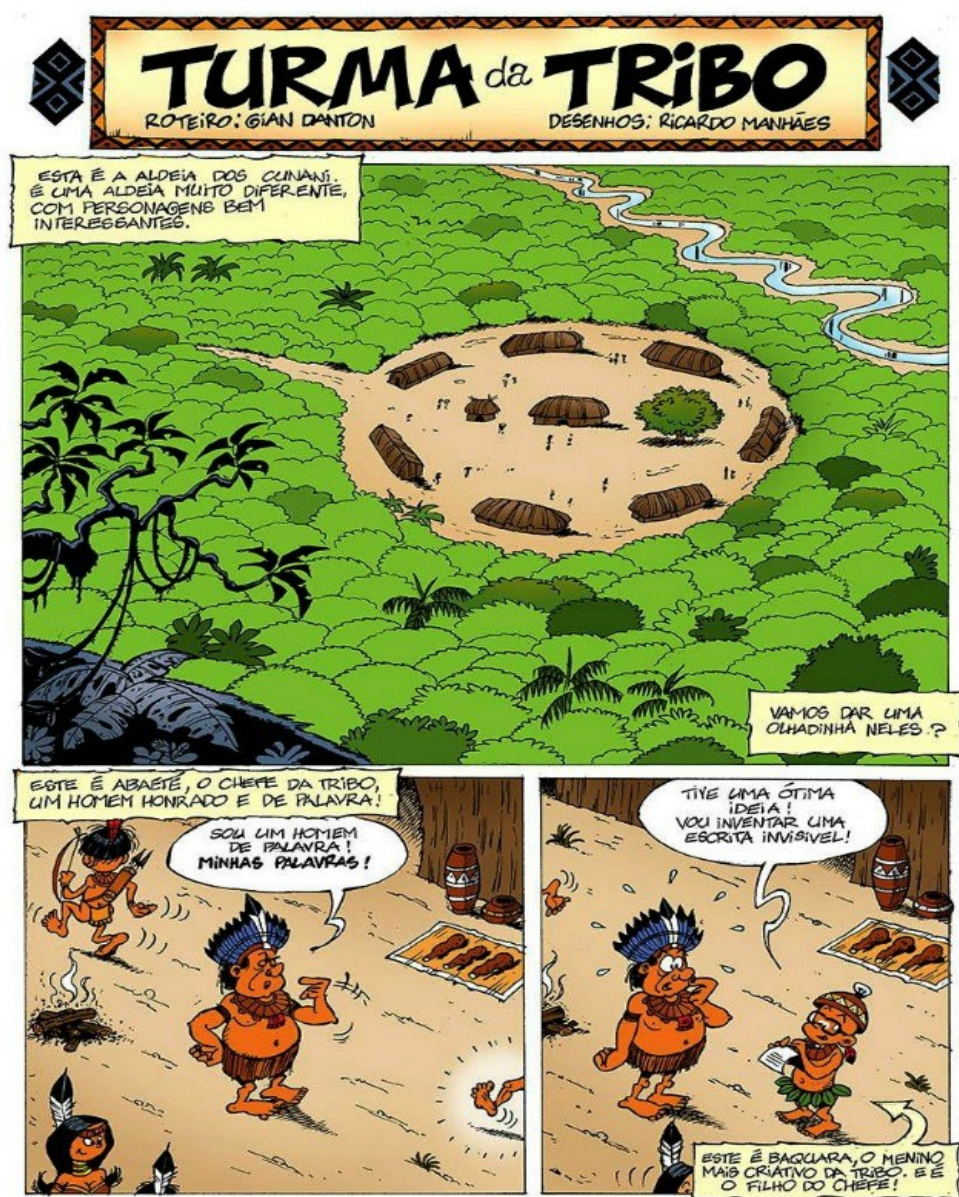


Foto: Reprodução/Turma da Tribo

Instrução Normativa que garante diárias e passagens a indígenas é totalmente ilegal, dispara membro da FPA

SÍTIO OLHAR DIRETO, 02.02.2014



Índios aculturados têm os mesmos direitos e deveres de cidadão brasileiro, argumenta Colatto

A Instrução Normativa número 2, da Fundação Nacional do Índio (Funai), que garante o pagamento de diárias, passagens e de alimentação a indígenas que participarem de reuniões de mobilização destes povos em Brasília, é totalmente ilegal.

A avaliação é do deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC) e membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Segundo ele, o tratamento dado pelo governo aos produtores rurais envolvidos em conflitos fundiários é totalmente diferente, já que os agricultores têm que arcar com todas as suas despesas.

“Se você trazer agricultores aqui em Brasília eles vão ter que pagar a sua conta, o seu ônibus, o seu hotel. Quando se vê o governo gastando dinheiro público para fazer manifestações em Brasília, é sinal de que chegamos ao fundo do poço. Ilegal. E nós precisamos que o governo dê esse esclarecimento à sociedade, de como gasta o dinheiro público, sob pena de ser enquadrado por improbidade administrativa”, afirma.

De acordo com o parlamentar, a Funai trabalha com três tipos de classificação índios para a formulação de políticas a estes povos, os aculturados, meio aculturados e não aculturados. Na avaliação de Colatto, os não aculturados é que devem ficar sob a tutela da Funai.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

“Outros não. O índio aculturado é um cidadão com direitos e deveres de um cidadão brasileiro”, argumenta.

Um requerimento de informações deve ser solicitado à mesa diretora da Câmara e enviado ao Ministério da Justiça, que tem a obrigação de informar os dados em 30 dias. A aprovação de um decreto legislativo, que pode anular atos do poder executivo, é outra medida que pode ser tomada pelos deputados federais.



Terras indígenas devem motivar debates em 2014

SÍTIO COMÉRCIO DO JAHU, 02.02.2014

As regras para a demarcação de terras indígenas devem motivar novamente, em 2014, intensos debates na Câmara. Além da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que submete ao Congresso a decisão final sobre as demarcações, outro projeto tem colocado em lados opostos representantes do agronegócio, ambientalistas e indígenas. As informações são da Agência Câmara.

Trata-se do projeto que regulamenta o artigo da Constituição sobre a definição de áreas que, pelo relevante interesse público à União, podem se sobrepor ao direito de uso da terra pelos índios. A proposta foi aprovada em julho do ano passado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

O relator da comissão, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), propôs que não serão considerados nulos atos que se sobreponham a terras indígenas, desde que se configurem como: assentamentos de reforma agrária, exploração de jazidas e minerais, aproveitamento hidráulico, construção de rodovias e ferrovias, campos de treinamento militar, ocupações de terras privadas até 5 de outubro de 1988, entre outros.

O texto também prevê o livre trânsito de autoridades em terras indígenas e a proibição de cobrança de pedágios por índios em rodovias e hidrovias que cortem seus territórios. As divergências em torno da matéria, no entanto, acabaram modificando a sua tramitação. Atualmente, o projeto aguarda a criação de uma comissão especial. Se aprovado nessa comissão, o texto ainda deverá ser votado pelo Plenário.

Para o deputado Moreira Mendes, a proposta está parada por conta da pressão do governo federal e de organizações que, segundo ele, manipulam o interesse indígena.

Contrário à proposta, o deputado Padre João (PT-MG) avalia que o projeto visa a dificultar a demarcação de terras indígenas e fortalecer as grandes propriedades rurais. "É atender as grandes extensões de terra, o latifúndio. Tem prova de que muitas dessas terras foram griladas", diz o deputado. (FOLHAPRESS)



Advogado orientou índios Tenharim a ficarem calados e acusa Polícia Federal de tentar incriminá-los

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 02.02.2014

Durante as mais seis horas em que os cinco índios Tenharim presos pela morte de três de homens sem etnia no sul do Amazonas nenhum deles disse uma só palavra. Foram orientados pelo advogado Ricardo Albuquerque, encarregado de sua defesa, a permanecerem em silêncio.

Albuquerque atua para os tenharim pelos menos desde a explosão do conflito no sul do Amazonas. Para ele a imprensa tem criado uma atmosfera de conflito em uma bem estruturada campanha para aterrorizar a sociedade e jogá-los contra os Tenharim. O advogado afirma ainda que as provas apresentadas até agora são meramente testemunhais e que a Polícia Federal atuou para construir a culpa dos índios. Além de orientar os índios a não produzirem provas contra eles mesmos, Albuquerque pretende agora transferir os cinco índios presos de Porto Velho para Manaus alegando as péssimas condições do presídio.

Sobre o Abaixo Assinado no Avaaz proposto pela sociedade sem etnia local pedindo ao Ministério Público igualdade no tratamento entre índios não índios, Albuquerque afirma que a legislação brasileira garante tratamento diferenciado aos índios, assim como garante a idosos e pessoas com deficiência.

Nos três últimos dias Ricardo viajou até Humaitá para acompanhar a prisão dos índios, os acompanhou até Porto Velho e participou de todo o interrogatório, se reuniu com a OAB local e viajou novamente até Manaus para ver a íntegra do inquérito policial que resultou na prisão dos seus clientes. A pergunta que fica é: Quem paga a fidelidade canina com que Albuquerque abraçou a causa dos tenharim?

Nota-se pelo discurso de Albuquerque que não se trata de um advogado de porta de cadeia. Ao contrário, aparenta ser alguém intelectualmente preparado e conhecedor da chamada "causa indígena". Não é qualquer um e não deve cobrar, portanto, honorário medíocre. Quem paga Ricardo Albuquerque?

O palpite da equipe do Questão Indígena é que a defesa dos tenharim é bancada por uma das ONGs indigenistas que normalmente se fazem nesses embates. Possivelmente o IEB, cujo capo, Henyo Barreto, esteve recentemente em Humaitá, onde a ONG mantém um posto avançado.

Posto montado com informações de publicadas em um site de jornalismo indigenista. Você pode ler a íntegra da entrevista clicando aqui (<http://racismoambiental.net.br/2014/02/ricardo-albuquerque-advogado-dos-tenharim-os-policiais-nao-foram-investigar-eles-foram-la-para-tentar-comprovar-uma-conviccao-ja-formada/#.Uu6yAbfsVF4.twitter>).

Violência contra índio está banalizada, diz presidente da Funai

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014



Assirati é contra demarcação passar para o Legislativo, pois, segundo ela, atrasaria processos de regularização. No comando do órgão há sete meses, ela só teve uma rápida reunião com a presidente até hoje

Por Patrícia Britto, na Folha

No comando de uma área repleta de conflitos, a presidente interina da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Assirati, 36, diz que a violência contra indígenas está se “banalizando”. Em entrevista à Folha, ela admite que, sozinho, o órgão não consegue lidar com o barril de pólvora das disputas entre índios e produtores rurais. Há sete meses no cargo, ela só teve uma reunião com a presidente Dilma Rousseff.

Anteontem, um dia após a entrevista, cinco índios foram presos no AM sob suspeita de matar três homens. Em nota, a Funai disse desconhecer os motivos das prisões e afirmou monitorar a situação.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Folha – Os conflitos indígenas no Brasil têm se agravado. Por que se chegou a esse ponto?

Maria Augusta Assirati - De uns anos para cá, as demarcações de terras indígenas estão concentradas na porção sul e centro-sul do país. São regiões difíceis de se trabalhar, porque muitos agricultores têm títulos das terras.

CONT.



O governo Dilma foi o que menos homologou terras indígenas desde FHC. Por quê?

Sobretudo por essa intensificação dos conflitos. Para evitar conflitos com desfecho negativo, o governo estabeleceu mesas de diálogo.

Há na Funai sete estudos sobre terras indígenas que esperam a sua assinatura para ter continuidade na demarcação. Por que não assina?

Um pouco em função dessa orientação; onde o governo compreendeu que pudesse gerar conflito, se pensou em fazer um diálogo prévio.

Isso não agrava os conflitos?

O governo federal é composto por diversos órgãos. A nossa posição nesses diálogos é no sentido da defesa dos direitos indígenas. Mas o governo federal é mais amplo.

Segundo o Cimi [Conselho Indigenista Missionário], a média anual de índios assassinados passou de 20,9 nos mandatos de FHC para 56 nas gestões de Lula e de Dilma. Há descaso do governo?

Os indígenas ainda estão no centro de ação de grande preconceito, de racismo, e são vítimas, ainda, de uma violência grande no país.

O que o governo tem feito para resolver esses conflitos?

Essa iniciativa da mesa [de negociação] foi interessante porque é justamente voltada para a redução dos conflitos, mas é um caminho longo. Acredito que se chegou a um ponto de uma banalização desse tipo de violência.

A estrutura da Funai é insuficiente?

A Funai tem atuação em todo o Brasil e atende segmentos da população que estão em lugares com logística difícil de acesso. Precisamos ter presença mais frequente do ponto de vista da proteção territorial; garantir que áreas já regularizadas não sejam ocupadas para exploração ilícita de recursos naturais.

O que acha da proposta de dar ao Legislativo a atribuição de demarcar terras indígenas?

Na perspectiva da Funai, é bastante negativa, porque atrasaria em muito os processos e traria uma série de componentes políticos, de disputas entre segmentos que integram o Congresso.

E da proposta do Ministério da Justiça de incluir outros órgãos nas demarcações?

O decreto que rege a regularização fundiária das terras indígenas já tem um dispositivo que prevê a possibilidade de consulta a outros órgãos. A portaria propõe a regulamentação da forma de participação desses órgãos. Se eles tiverem efetivamente a capacidade de contribuir,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

a ação é bem-vinda.

Os conflitos na construção de Belo Monte vão se repetir na região do rio Tapajós (PA), onde o governo quer licitar novas hidrelétricas?

Esperamos que não. Por termos aprendido com a experiência de Belo Monte, esperamos fazer melhor.

Existe pressão do governo para ser permissiva em áreas onde há interesse em realizar obras de infraestrutura?

É evidente que existe uma necessidade de priorizar ações. Todos os órgãos intervenientes, como o Ibama, são sempre instados a ter manifestações céleres em ações prioritárias para o governo.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Ricardo Albuquerque, advogado dos Tenharim: “Os policiais não foram investigar; eles foram lá para tentar comprovar uma convicção já formada”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.02.2014



Crianças Tenharim. Foto: Gabriel Ivan

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Quinta-feira, dia 30, o advogado Ricardo Albuquerque deveria estar finalmente tendo acesso ao inquérito sobre o desaparecimento de três homens na Transamazônica, no dia 16 de dezembro. Os planos mudaram, entretanto, quando a Polícia Federal informou que iria efetuar prisões no Território Indígena. Ricardo pegou a estrada e, juntamente com integrantes da Funai, presenciou a prisão de cinco Tenharim (um cacique da aldeia Taboca; dois filhos do cacique Ivan; e dois nativos da aldeia Marmelo). Depois disso, mais estrada até Porto Velho, horas e horas de interrogatórios, reuniões com a OAB local e, finalmente, a volta a Manaus, onde só amanhã poderá ter ciência do que diz o inquérito e seguir adiante, lutando pelos seus clientes.

Enquanto na grande imprensa e na internet alguns procuram fomentar uma atmosfera propícia à violência, afirmando que os Tenharim se declararam em guerra e jogando as populações das três cidades (Humaitá, Apuí e Santo Antonio do Matupi) contra os indígenas que há um mês e dois dias se veem impedidos de sair da reserva, o recado que Ricardo transmite é tranquilizador: por mais tristes e consternados que estejam, Nilcélio Jiahui e Aurélio Tenharim, lideranças das duas etnias, continuam a garantir que seu povo não irá atacar quem quer que seja.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

Leia a entrevista feita por e-mail com Ricardo Tavares de Albuquerque:

TP – Antes de mais nada, como foram os depoimentos em Porto Velho?

Ricardo - Tania, como os indiciados ainda não tiveram acesso ao inquérito (eu teria acesso na quinta, em Manaus, mas estava lá com eles na hora das prisões), não havia como prestar depoimento se não sabemos do que estamos sendo acusados ou quais as provas apresentadas.

Daí, eu orientei todos eles a exercerem o direito constitucional ao silêncio, e todos seguiram fielmente minha orientação.

Mesmo assim, foram muito exaustivos os depoimentos. Iniciamos às 16 horas e terminamos próximo da meia noite. Mas todos eles se mantiveram muito fortes, apesar de tudo que estão passando.

TP - Afinal, as acusações se baseiam em quais depoimentos?

Ricardo - A maior parte das provas a que tive acesso são depoimentos de testemunhas, mas tudo muito genérico, sem apontar uma conduta individualizada ou que presenciou o suposto crime. Tem muito "ouvi falar", e nisso vou fundamentar meu Habeas Corpus. Mas antes vou ver o resto das provas amanhã, quando olhar o inquérito.

TP - As notícias que chegam são as mais desconstruídas. Na página do Altino Machado, a Polícia Federal teria dito a a familiares que dois dos desaparecidos haviam sido baleados, e o terceiro, degolado. Nos chamados portais da região, há de tudo: uns afirmam que os três foram retalhados e queimados; outros, que degolados e jogados no rio. Qual a versão da PF para você, enquanto advogado dos Tenharim?

Ricardo - Bem, não sei como chegaram a essas informações, se os corpos não foram encontrados. Mas, para mim, a Polícia não prestou nenhuma informação neste sentido. Nem apareceu no interrogatório alguma pergunta neste sentido.

Isso tudo faz parte de uma bem estruturada campanha para aterrorizar a sociedade local e jogá-los contra os Tenharim, pois até agora nenhuma prova apontou para estas informações.

TP - Mais importante que tudo: o que dizem os próprios Tenharim acusados?

Ricardo - Eles desde o primeiro momento me negam tudo e são bem convictos da inocência. Pelo meu lado, eu fielmente acredito que eles não cometeram algum crime, pois são muito firmes e sequer balbuciam ao conversar comigo sobre o que a Polícia os acusa.

TP - Desde o início, uma crítica feita inclusive pelo cacique Aurélio, na sua fala perante o general reproduzida pelo Estadão, foi o fato de a Polícia parecer trabalhar voltada para provar a culpa dos Tenharim, sem investigar outras alternativas, como a notória violência na área da Rodovia do Estanho. Aliás, esse absurdo foi registrado orgulhosamente pelo Portal Apuí, no dia 26 último, quando afirmou: "Como a única linha investigada pela Polícia é de que os índios

CONT.



Tenharim Sequestraram [sic] e mataram o [sic] três desaparecidos, as investigações devem confirmar as suspeitas da sociedade” (ver foto no final). Esse comportamento não isento da PF não compromete inclusive o resultado das investigações?

Ricardo - Isso vai ser questionado no processo com certeza. A Polícia desde o primeiro momento que adentrou a Terra Indígena sempre teve sua convicção formada acerca da culpa dos indígenas, mas nunca foi explicado o motivo deste comportamento. Contudo, no procedimento judicial, quando a ampla defesa e contraditório estiverem presentes, esse com certeza será um dos muito pontos a ser questionado, pois compreendo que eles não foram investigar, eles foram lá para tentar comprovar uma convicção já formada.

TP - Foi divulgado que o MPF em Manaus teria negado um primeiro habeas corpus preventivo, no dia 21, mas que você teria impetrado um segundo, que estaria sendo julgado. Há alguma resposta a respeito? Exatamente o que você procura, através dele?

Ricardo - Não há resposta do primeiro. O que houve foi um parecer negativo do Ministério Público, mas o Juiz ainda irá decidir. Neste primeiro eu questiono certos procedimentos policiais e a ausência de antropólogo nestas investigações. Acredito que obrigatoriamente deveria haver a presença de um antropólogo, em razão de a polícia não compreender a cultura dos Tenharim. E essa incompreensão cultural pode levar os policiais a crerem que o que é culturalmente diferente é indício de algum ilícito.

Já o segundo Habeas Corpus será para questionar os fundamentos da decisão que determinou a prisão e buscar revertê-la no Tribunal Regional em Brasília.

TP - Teoricamente, os Tenharim podem permanecer presos por até 30 dias. Como será isso, uma vez que eles vivem no Amazonas, assim como você, e estão presos em Porto Velho?

Ricardo - Uma das minhas primeiras atitudes foi deixar a Comissão de Direitos Humanos da OAB de Rondônia e do Amazonas a par desta situação. Com isso, o Dr. Vinícius Miguel, membro da Comissão de RO, estará em contato com eles constantemente, para garantir que os direitos deles não sejam violados.

Outra questão pela qual eu venho lutando é a transferência deles para Manaus, pois o Estado de Rondônia tem um péssimo histórico quando se trata de pessoas encarceradas, como por exemplo o Presídio Urso Branco (ao lado de onde eles estão), que já levou o Brasil a julgamento pela Corte Interamericana de Justiça.

Além deste histórico de violação de Direitos Humanos, o local é sujo e desumano. Os indígenas me relataram que não dormiram, pois o chão estava molhado, além de existirem baratas, ratos e até lixo no local. É intolerável a permanência deles naquele local, em razão de não fornecer a mínima dignidade aos presos.

TP - Nestes últimos dias, um portal de Apuí estava noticiando a existência de três novos desaparecidos, que na quarta-feira teriam deixado a cidade em direção à aldeia Tenharim do Igarapé Preto, pela Rodovia do Estanho. Ao mesmo tempo, as notícias das prisões suscitam os

CONT.



esperados comentários. E uma das reportagens de Humaitá terminava com uma grande foto de jagunços numa camionete, olhando o incêndio dos casebres, em 27 de dezembro. Juntando tudo, me parece um cenário preocupante. A Justiça Federal determinou que fossem dadas todas as garantias de segurança aos indígenas de Tenharim Marmelos. Como fica isso, quando aparentemente há uma nova fogueira sendo preparada?

Ricardo - Continuam valendo as liminares concedidas para proteção dos Tenharim e Jiahui. Contudo, irei peticionar ao Juiz destas causas para que ele tome conhecimento da situação e até pedirei que a FUNAI e União estejam preparadas para proteger os indígenas.

Eu estou convicto de que há uma campanha por trás de tudo que está acontecendo, pois já iniciaram boatos de que os Tenharim farão reféns e atacam. Já conversei com o Nilcélio Jiahui e com o Aurélio Tenharim, lideranças destas Etnias, e ainda que estejam muito tristes e consternados com o que se passa com seus parentes, não irão de forma alguma atacar qualquer pessoa.

Os Tenharim e Jiahui são pessoas de bem e exemplares na luta por uma vida melhor para os indígenas. As pessoas que por lá transitam, como eles próprios me falaram, podem ficar tranquilas que nada lhes acontecerá. Afinal, diferente do que alguns sites noticiam, os Tenharim não são criminosos; muito pelo contrário, são pacíficos e honestos.

Por último, há uma petição on-line ao MPF sendo feita pedindo igualdade de tratamento para os não indígenas vizinhos do Tenharim. Isto me fez acreditar que há algo coordenado por trás tentando criminalizar os indígenas e alimentar o ódio.

Não é difícil compreender que algumas pessoas terão um tratamento diferenciado dado por lei. Isso todo mundo sabe, pois quem não conhece um idoso, uma grávida, uma criança, um deficiente, entre outros que a Lei dá tratamento diferenciado?

Estão pedindo a igualdade formal e abstrata, mas a leitura do Direito conexo com a realidade traz outra situação, onde o princípio da igualdade se torna substancial e concreto, ou seja, aqueles que não se igualam com os outros em uma mesma condição histórica, social, pessoal, etc., terão um tratamento peculiar. Muitos sabem disso, pois já se tornou popular a frase "tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual".

Não é o mercado que diz quem será indígena e sim a pessoa que se identifica como tal e a comunidade que o reconhece. E como social e historicamente há motivos suficientes para tratar os indígenas de forma diferente da sociedade que os envolve, tanto a Constituição Federal como as leis abaixo dela o fazem.

Na verdade, este pedido de igualdade é uma forma velada de submissão dos indígenas aos interesses da sociedade não indígena e dominante. E ao lado dos Tenharim há muitos interesses escusos. Que fique claro que eu não estou falando das pessoas de bem da sociedade Humaitaense ou de Apuí e que com certeza não compactuam com a segregação forçada que os indígenas estão sofrendo. O problema neste momento é que as pessoas de bem ficam sufocadas, e eu sei que há muitos amigos dos Tenharim e dos Jiahui entre seus vizinhos.

CONT.



Mas há interesses de madeira, garimpo, soja, gado, entre outros, os quais nunca respeitaram a presença e muitas vezes sequer a vida dos indígenas. Os Juma – também da família Kawaghiva, como os Tenharim – são exemplo recente da matança de um povo, onde toda uma sociedade foi reduzida a 5 pessoas em razão de ser um obstáculo a esses interesses. E, claro, sabemos que as Unidades de Conservação e Terras Indígenas são um obstáculo ao dito “progresso”.

Este é meu medo: que interesses economicamente fortes dominem o discurso e a política da região, se é que isso já não aconteceu, e as consequências para os Tenharim podem ser nefastas, como o isolamento forçado a que estão sendo submetidos.

Tudo isto me deixa triste mesmo como amazonense, pois nasci e cresci aqui com orgulho da descendência indígena. Mas será que o orgulho caboclo de respeito à floresta e aos indígenas no Amazonas, Estado com a maior população indígena do país, se reduz ao Festival de Parintins? Será que perderemos a Amazônia para interesses econômicos de poucos? Quem ganha com isso? O caboclo certamente não é.

Enfim, nunca esperaria que no Estado do Amazonas ainda estivéssemos tentando submeter os indígenas a interesses que historicamente os desestruturaram e muitas das vezes os dizimaram, e, ao invés de respeitar sua autonomia, subjugá-los até que se reduzam a uma condição de miserabilidade.



André põe equipe de governo à disposição de Ministério para fim de conflitos

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 03.02.2014

Com as conversas sendo encaminhadas para um desfecho, a questão fundiária entre indígenas e produtores rurais continua indefinida em 2014. No entanto, o governador André Puccinelli (PMDB) acredita que a situação seja resolvida neste ano.

Na última semana, André se reuniu com representantes do Ministério da Justiça empenhados em resolver o problema. Porém uma divergência de valores apresentados em documentos fez com que o processo parasse mais uma vez.

“Houve distorções nos números apresentados na última reunião”, disse o governador sem especificar quais diferenças foram essas. Acredita-se que os valores propostos pelo Ministério aos produtores seja menor do que o acordado em encontros anteriores.

Diante da situação, Puccinelli colocou a equipe do governo à disposição do Governo Federal, dos indígenas e também dos produtores rurais. Segundo ele, a expectativa é que as intermináveis negociações e os conflitos acabem este ano, o último do mandato de André.

Ainda sobre os valores das terras, o governador ressaltou que os produtores rurais poderão apresentar recursos, caso não julguem justos os valores apresentados pelo Governo Federal.

A falta de água na cidade de Pesqueira preocupa as Lideranças Indígenas Xukuru!
SÍTIO PESQUEIRA EM FOCO, 03.02.2014



Devido ao agravamento no problema de falta de abastecimento de água na Cidade de Pesqueira os Líderes Indígenas Xukuru (CACIQUE MARQUINHOS E OS VEREADORES SIL E SEVERINO XUKURU) e o Deputado, Isaltino Nascimento (Vice-líder de Governo na Bancada Legislativa), mais uma vez, se reuniram, em Recife, com o Presidente da Compesa, Sr. Roberto Tavares, para reforçarem a reivindicação da Adutora da Barragem de Pão de Açúcar, que fora prometida aos Pesqueirenses em 2013.

Segundo a promessa a Adutora seria construída, no mais tardar, até outubro do ano passado. Infelizmente, nada foi concretizado e, por este motivo, os líderes Xukurus viajaram até a Capital para revitalizarem o compromisso que o Governo do Estado e a Compesa tinha assumido com o Povo pesqueirense, que tanto precisa e aguarda por esta Adutora. Segundo o Vereador Sil Xukuru os Líderes indígenas têm uma grande preocupação com os Recursos Hídricos existentes na Serra do Ororubá e, desde início do seu Mandato, ele com a ajuda das lideranças têm colocado em Pauta este problema e levado as Autoridades competentes do Sistema de Abastecimento de água de Pernambuco e ao próprio Governo do Estado, para que eles possam se sensibilizar e tomar uma atitude definitiva em relação a esta Causa do desperdício da água da Barragem de Pão de Açúcar, que é uma das últimas reservas de água da População de Pesqueira, e possa dar início a construção da tão sonhada Adutora.

O vereador Síl, ao ser perguntado se era verdade que os índios tinham fechado a passagem da água que é destinada a Estação de Tratamento a Compesa de Pesqueira, para ser enviada as residências, disse que isto são boatos ou, se ocorreu foi vandalismo de alguém, pois, segundo ele, as Lideranças Indígenas sempre estão e estarão a favor do fornecimento de água para a População de Pesqueira "Porque a água é um Recurso Hídrico, não só da População Indígena, mas de toda a Cidade de Pesqueira", disse ele.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

Veja, em fotos, o momento do encontro dos Líderes Xukurus e do Deputado, Isaltino Nascimento com o Presidente da Compesa e assista ao vídeo da entrevista do Vereador Sil Xukuru (na qual ele fala sobre a atual Falta d' água na cidade e explica que os índios não fecham a passagem das águas, porque sempre lutaram pela infraestrutura de apoio (a Adutora) para que tenhamos uma melhor e adequada regularização no abastecimento para todos os Pesqueirenses. Portanto, com Adutora ou sem Adutora a água sempre será liberada para todos os cidadãos pesqueirenses.



Indígenas vão ajudar a definir aplicação de verbas em ações de saúde

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 03.02.2014

Portaria assinada pelo ministro Alexandre Padilha garante participação de representantes das comunidades em decisões sobre destino de recursos

Brasília - O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assinou ontem (2) à noite portaria que garante a participação de representantes indígenas em reuniões decisivas para a destinação das verbas do setor.

"Para as reuniões que ocorrem nos estados, entre as secretarias estaduais de Saúde e as municipais, e para as reuniões em uma região do estado que decidem, por exemplo, quantas vagas vai ter no hospital, quanto dinheiro vai para um determinado tipo de cirurgia, quanto vai ser destinado para o TFD, o transporte do paciente para fora do domicílio. Haverá um representante dos distritos sanitários especiais indígenas (Dsei) para discutir questões relacionadas ao povo indígena", explicou Padilha.

A portaria foi assinada na abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), que até sexta-feira (6) deve aprovar as diretrizes para as políticas de saúde a serem implementadas nas aldeias indígenas por 34 Dsei que integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

De Mato Grosso do Sul, o articulador indígena Agnaldo Tereno trouxe o apelo por melhoria na estrutura do atendimento voltado para a população indígena do estado, que tem 75 mil pessoas. "Falta remédio, falta estrutura, às vezes o médico tem carro para ir nos atender, às vezes não. Precisamos de melhorias", defendeu.

Sônia Guajajara, da direção da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, fez um apelo ao ministro para que o atendimento à saúde seja implementado integralmente. "Não podemos permitir que crianças, jovens e idosos continuem morrendo por doenças consideradas tratáveis", sustentou Sônia.

Na abertura do evento, a presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro Souza, disse que todos devem lutar para que o governo dê prioridade ao saneamento rural, o que vai contribuir para a prevenção de doenças.

Padilha reconheceu que nem tudo o que foi acertado na última conferência foi cumprido, mas disse que o ministério vem trabalhando para atender às demandas. Até agora, 19 distritos indígenas receberam pouco mais de 70 médicos do Programa Mais Médicos, e de acordo com o ministro, a demanda apresentada de 250 profissionais vai ser suprida até março de 2014.

Representantes indígenas de Mato Grosso do Sul aproveitaram a ocasião para erguer cartazes pedindo a demarcação urgente das terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

O tema central da conferência é Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada. Para o evento nacional, foram realizadas 306 conferências locais, 34 conferências distritais, com a participação de indígenas e não indígenas, abrangendo 305 etnias que estão distribuídas em todo o país. Cerca de 2 mil pessoas, entre delegados e interessados, devem participar da conferência.

Formação deficiente

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzzato, ressaltou hoje (3), em entrevista à Rádio Brasil Atual, a importância da participação dos povos indígenas na conferência para que eles possam externar seus pontos de vista com relação à política de saúde indígena. Para Buzzato, um dos principais problemas no trato a saúde de índios é a formação deficiente da equipe médica. "Além da falta de medicamentos e de estrutura para que as equipes de atendimento possam prestar o devido serviço nas aldeias, a formação dos agentes de saúde junto as comunidades indígenas ainda é precária, seja na área médica ou na área antropológica", afirmou.

Ouçá aqui a entrevista completa de Cléber Buzzato à Rádio Brasil Atual

Índios preparam ocupação em prédio de secretaria estadual

SÍTIO TNH1, 03.02.2014

Eles se dirigem agora para Maceió, onde reivindicam a conclusão da reforma de uma escola, fechada há um ano



Sede da secretaria deve ser ocupada nesta segunda-feira (Crédito: Agência Alagoas)

Indígenas da etnia Xucuru-Kariri, de Palmeira dos Índios, estão vindo para Maceió, onde ocuparão a sede da Secretaria de Educação do Estado, para cobrar a reabertura de uma escola que atende às crianças da tribo. A instituição de ensino também fica em Palmeira, no Agreste de Alagoas.

Uma fonte ligada aos indígenas confirmou o protesto e disse que a escola que atende à comunidade foi fechada para passar por uma reforma há mais de um ano, mas a obra foi abandonada, deixando as crianças da comunidade sem aulas.

A reportagem do TNH1 tentou falar com os indígenas, mas eles estão a caminho de Maceió, com os telefones fora de área.

A Funai ainda não se posicionou sobre a movimentação dos índios. A Secretaria de Educação informou que dará um posicionamento sobre a possível ocupação ainda nesta manhã.



Grupo de indígenas invade ginásio em Gentil

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 03.02.2014

Prefeito cogita solicitar reintegração de posse de espaço

Um grupo de 17 famílias de indígenas invadiu o Ginásio Municipal do Distrito de Campo do Meio, no interior de Gentil na manhã do último sábado (1º).

O Grupo reivindica a demarcação de terras indígenas na região.

Segundo a Brigada Militar, as famílias chegaram com três caminhões e dois ônibus e arrombaram e ocuparam o Ginásio, cancha de bochas e salão comunitário.

Diante da invasão foi solicitada a presença do Pelotão de Operações Especiais – POE de Passo Fundo, a fim de garantir segurança aos moradores do Distrito.

Ainda no início da tarde de sábado, o prefeito de Gentil, Vanderlei Ramos do Amaral informou que se o grupo não deixasse o local neste fim de semana, hoje, segunda-feira ele iria solicitar reintegração de posse.

Segundo ele, o Ginásio do Distrito é destinado para atividades da Escola Municipal República Colômbia.

fonte:

Rádio Alvorada



Baiano rechaça as acusações de aliciamento e diz que mantém apoio às causas indígenas

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 03.02.2014

O deputado Estadual Baiano Filho (PMDB) lamentou na manhã desta sexta-feira, 31.01, a divulgação de notícias que buscam ligar sua atuação à prática de suposto aliciamento a Comunidade Indígena Tapirapé-Apyãwa, no Norte Araguaia. Segundo “acusações”, supostamente apresentadas por lideranças indígenas, Baiano ao lado de prefeitos da região teriam garantido a construção de escolas, posto de saúde, cabeças de gado e camionetes em troca de autorização para a abertura da rodovia MT-100, ligando Santa Terezinha a Luciara.

O deputado explica que em momento algum foram oferecidas “vantagens” aos indígenas, e que nas reuniões realizadas na Aldeia Urubu Branco em Confresa, os líderes apresentaram as dificuldades vivenciadas pela etnia na reserva, onde até mesmo a alimentação é precária. Diante das deficiências, as lideranças reivindicaram apoio para a melhoria da estrutura dentro das sete aldeias, principalmente nas áreas de saúde e educação. A precariedade é tamanha, que os indígenas chegaram a pedir a doação de gado para a alimentação das aldeias, explica Baiano.

“Em momento algum nos reunimos [parlamentar e prefeitos] com os indígenas para oferecer vantagens, não tenho essa prática, em todas as situações que possam envolver os interesses das comunidades indígenas busco sempre pelo diálogo, sentamos, explicamos pontos de vista, ouvimos as dificuldades relatadas pelos líderes, pessoalmente caminho nas aldeias e conheço a precariedade com que vivem, e jamais me aproveitarei dessas necessidades seja para oferecer ou receber vantagens, não é minha índole”, respondeu Baiano.

O deputado aproveita para esclarecer que a implantação da MT-100 não impacta sobre a vida dos indígenas na região, uma vez que passa a mais de 10km da reserva, e mantém seu apoio na defesa de melhores condições aos indígenas. “Quase que diariamente recebo a ligação de indígenas com pedidos de ajuda para resolução de questões básicas, nunca me neguei em ajudá-los, conquistamos inclusive a construção de dois centros de múltiplo uso, um para a aldeia Urubu Branco e outro para a Sapeva, pedido das comunidades e nunca me neguei em auxiliá-los, e quero que esse bom relacionamento permaneça”, acrescentou o deputado.

De maneira infundada, também são acusados de suposto aliciamento os prefeitos de Confresa Gaspar Lazari, de Santa Terezinha Cristiano Gomes e de Porto Alegre do Norte Emival de Freitas.

Fonte: Jornal da Notícia

No Pará, indígenas apreendem máquinas e expulsam garimpeiros

SÍTIO TERRA MAGAZINE, 03.02.2014



Ameaçados de morte, munduruku expulsaram garimpeiros de terra indígena no extremo oeste do Pará

A noite mal havia chegado quando índios da etnia Munduruku atracaram na ribanceira de um garimpo localizado no Rio da Tropas, afluente do Rio Tapajós, na região oeste do Pará. Das cinco voadeiras, todas lotadas, saíram guerreiros, guerreiras e crianças, todos com um objetivo: expulsar garimpeiros ilegais da terra dos Munduruku.

Logo na entrada do barracão, os indígenas depararam-se com dois dos 12 garimpeiros presentes no local. Pintados para guerra, os Munduruku foram firmes.

- Vocês tem dez minutos para ir embora. Pega as coisas de vocês, vão embora e não voltem mais. Isso aqui é terra dos Munduruku – ordenou Paigomuyatpu, chefe dos guerreiros, enquanto os garimpeiros arrumavam as mochilas e se preparavam para abandonar a área.

Segundo os trabalhadores presentes no garimpo, os quatro pares de dragas, modelos MWM de 3 e 4 cilindros, utilizados para extração de ouro, pertencem a Alexandre Martins.

Conhecido como Tubaína, Martins também é dono de pelo menos mais dois garimpos na região, e deixou o local três dias antes da operação, exatamente quando os Munduruku iniciaram a vistoria na bacia do Tapajós.

CONT.



- Ele [Tubaína] disse que ia lá pro outro barraco dele. Ele não tá lá, não tá aqui. Ninguém sabe – afirmou Mara Almeida, que cozinhava nos barracos para os garimpeiros de Tubaína. A ação se deu após inúmeras denúncias protocoladas em órgãos governamentais. Ozimar Dace, Munduruku membro do movimento e relator da operação, contou que os indígenas já haviam tentado retirar os pariwat (não indígenas) do território por meio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

- A gente decidiu que essas autoridades nunca ia dar resultado pra gente. Eles nunca iam fazer isso pra gente poder viver sossegado. Eles davam o prazo de que eles iam dar resultado, mas isso nunca saiu. Então, por esses motivos, a gente decidiu resolver por conta própria.

A exploração ilegal de garimpo dentro da terra indígena Munduruku é antiga. Relatos remontam o início dessas atividades à década 1980. Uma história de ameaças, acordos com um pequeno grupo de lideranças e exploração da mão de obra indígena tecem uma teia que não beneficia a maioria do povo.

Segundo as comunidades locais, os garimpeiros têm causado vários problemas nas terras indígenas devido à exploração descontrolada. Poluição do rio, falta de peixes, desentendimentos e ameaças são os principais motivos apontados como estopim. Por essas razões, os indígenas estariam “tirando garimpeiros e tomando os seus maquinários”, explica Paigomuyatpu, chefe dos guerreiros Munduruku.

- Os garimpeiros já fizeram prejuízos demais no nosso território. Estamos evitando problemas, doenças e muitas coisas que estão acontecendo. A gente tá evitando isso aí pra nossa futura geração – acrescentou.

A fiscalização começou no dia 15 deste mês, durou quase vinte dias, e passou por vários afluentes da bacia do rio Tapajós, como Rio das Tropas, Kaburuá, Kadiriri e Kabitutu. No total, os Munduruku confiscaram doze dragas, que ficarão paradas por um mês nas aldeias, quando os indígenas decidirem o que fazer.

- Em relação aos garimpos, vai ficar parado. Depois vai passar um mês e a gente vai decidir o que vai fazer com o maquinário: se fazemos projetos para beneficiar a comunidade nas áreas onde já estão as máquinas. Mas nós precisamos de projetos alternativos de geração de renda para a comunidade, como criação de peixe, produção de farinha, extração de castanha, copaíba e mel. Precisamos do apoio da Funai – afirmou Paigomuyatpu.

Pressionada pelos Munduruku, a Funai apoiou a ação autônoma dos indígenas, financiando o combustível para as embarcações.

- Foi uma demanda deles, veio de uma pressão. Eles queriam de qualquer forma que isso acontecesse. A gente acha que tendo uma iniciativa que parta deles é até melhor, para que eles se entendam com os parentes e decidim que não vão mais permitir a entrada de garimpeiros – comentou Juliana Araújo, da coordenação da Funai de Itaituba.

CONT.



De acordo com Juliana, desde quando chegou à região, em 2010, a Funai recebe denúncias dos munduruku sobre o garimpo ilegal na terra indígena. Em outubro do ano passado as denúncias foram reiteradas e encaminhadas para o ICMBio e Polícia Federal. Em 2012, uma operação na região teve efeito provisório porque depois houve o retorno dos garimpeiros. Por causa disso, foi sugerido à Funai trabalhar a conscientização dentro do plano de gestão.

- Não adianta só fazer a operação e depois alguns indígenas autorizam a entrada dos garimpeiros. A gente resolveu tomar um pouco mais de cuidado com isso. Tanto nós quanto o ICMBio, estamos com dificuldade pessoal. Tem só uma pessoa que é responsável por uma série de unidades. Quando a gente vai fazer uma operação de monitoramento, tentamos chamar servidores de outros lugares, porque os servidores locais acabam sendo alvo dos garimpeiros.

O clima é tenso na região. Comunicando-se através de rádios, as lideranças descobriram que estão sendo perseguidas. Há uma lista com pelo menos cinco nomes de líderes indígenas marcados para morrer. O autor das ameaças seria Tubaína. Segundo um guerreiro Munduruku, ele comanda um grupo de pistoleiros com armas automáticas 765.

- Tubaína é temido na região e anda com rifle na mão direto dentro da aldeia, ninguém fala nada. Eu falei: ó, dentro da terra indígena, somente a Polícia Federal e a Funai e se for autorizado ainda pra andar armado – relatou Valmar Kaba. Além das lideranças, Tubaína também teria ameaçado o cacique da aldeia Posto de Vigilância (PV), Oswaldo Waro, e seu filho, João Waro. No último dia 19, os dois fecharam a pista de pouso da aldeia com galhos, paus e pedras para evitar que o garimpeiro retirasse as máquinas apreendidas.

- O Tubaína passou o rádio pro cacique e disse que quando o Oswaldo fosse pro trabalho dele, lá no Bananal, o Tubaína ia pegar ele e o filho dele – contou a indígena Leuza Kaba. Um dos trabalhadores expulsos pelos Munduruku, conhecido como Baixinho, informou que os garimpeiros de Humaitá e do km 180 da Transamazônica estariam planejando ir ao Tapajós para “se acertar” com os indígenas. Baixinho não revela seu nome verdadeiro. É franquizino e tem a fala mansa. Em uma mesa de bar, conta que há 14 anos, desde quando foi abandonado pela mulher, vive do garimpo.

- Só aqui na região trabalho há seis anos. O povo conta muita mentira sobre os garimpeiros. Falam muito do Tubaína, mas ele é uma pessoa boa e ajuda todo mundo- disse.

Ele se despediu dizendo que ainda vai voltar para tirar ouro dentro da área indígena. Alguns conhecidos contaram que Baixinho saiu do presídio há dois meses, que esteve preso por ter matado um homem a facadas em um garimpo próximo à aldeia Catõn, dentro da área indígena.

- E matou outro com um tiro de .20 bem aqui, nessa rua – diz um dos conhecidos dele. A reportagem não conseguiu fazer contato com Tubaína. Na sexta-feira (31), lideranças indígenas registraram na delegacia de Jacareacanga um boletim de ocorrência denunciando as ameaças do dono de garimpo e informaram a situação ao Ministério Público Federal.

Carta

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

Em carta, os indígenas dizem que não temem as ameaças de morte e que continuarão lutando por seus direitos.

“Carta VI – Carta do Movimento Munduruku Iperêg Ayû

Nós, caciques, lideranças e os guerreiros (as), viemos através desta cumprimentar os senhores e as senhoras. Aqueles e as aquelas que apoiam o nosso Movimento Munduruku Iperêg Ayû.

Nós, guerreiros (as), fizemos a nossa fiscalização do nosso território. Tiramos e expulsamos os garimpeiros invasores do nosso território e apreendemos os seus maquinários. Agora eles estão;nos ameaçando de morte, mas nós não nos intimidamos.

Esse é o primeiro passo. Vamos defender até o fim o nosso território, nosso rio, a nossa floresta, nossas riquezas e nosso povo. Essa é a nossa palavra. Finalizamos esta carta com muita paz e amizade. Sawe! Sawe! Sawe! Atenciosamente, Movimento Munduruku Aperêg Ayû. Aldeia Caróçal, Rio das Tropas, no Município de Jacareacanga, Oeste do Pará

Indígenas fecham BR-174 no sentido Pacaraima, em Roraima

SÍTIO G1/RR, 03.02.2014

Rodovia está fechada desde a madrugada desta segunda-feira (3). Motivo do bloqueio teria sido a morte do filho de um líder indígena.



Do G1 RR

Indígenas da comunidade Boca da Mata fecharam a BR-174 na região do município de Pacaraima, sentido Norte do estado. O bloqueio da rodovia, conforme o Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal (PRF), ocorreu na madrugada desta segunda-feira (3).

O motivo do bloqueio teria sido a morte por atropelamento do filho de um líder indígena. De acordo com informações da Polícia Militar de Pacaraima, por volta das 20h de domingo (2) o jovem foi atingido por uma caminhonete e morreu na hora. O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML), em Boa Vista.

Ainda segundo a PM, o condutor fugiu do local sem prestar socorro à vítima, o que causou a revolta dos indígenas. O grupo alega que só sairá da rodovia quando o corpo chegar para o sepultamento na comunidade. A BR-174 foi bloqueada com carcaças de carros e pedaços de madeira.



PF já retomou 16 propriedades no Sul da BA, milícia indígena ainda controla 58
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 03.02.2014

O cacique Val Tupinambá, um dos líderes da milícia tupinambá que assola o sul da Bahia, relatou ao portal UOL que as ações da polícia federal no sentido de fazer cumprir as ordens judiciais de reintegração de posse continuam. "Já foram reintegradas 16 fazendas, nós ainda estamos em 58", informou o miliciano. Os índios tem resistido a bala às ações da Polícia Federal. Foram duas as escaramuças com troca de tiros entre agentes da PR e milicianos indígenas.

A milícia vêm invadindo fazendas desde o início de 2012. Reivindicam a publicação, por parte do Ministério da Justiça, da portaria declaratória de território de 47,3 ml hectares, situado entre Ilhéus, Una e Buerarema. A área foi demarcada pela Funai (Fundação Nacional do Índio) em 2009. A bandidagem regional pegou onda no movimento e aprendeu a se pintar de índio para praticar crimes nas propriedades da região roubando casas, barcas de cacau e gado.

As tropas da Força Nacional de Segurança estão na região desde outubro de 2013, quando se agravaram os conflitos, que têm saldo de quatro índios mortos, um trabalhador rural paraplégico ferido a bala, carros do governo federal e estadual incendiados e prédios públicos e particulares depredados, sobretudo em Buerarema. Na última sexta feira, depois de expulsar a milícia da Fazenda São José, a PF encontrou uma cova rasa com um cadáver em adianta estado de putrefação. Dois indigenóides foram presos portanto uma escopeta calibre .12, um revolver .38 e farta munição.

Informações divulgadas ontem dão conta de que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ordenou o recuo da Polícia Federal temendo o agravamento dos conflitos. Enquanto isso, o MPF (Ministério Público Federal) a pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) a suspensão de todas liminares e sentenças de reintegração de posse das propriedades invadidas e ocupadas pela milícia tupinambá na região.

Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o caso demanda a intervenção excepcional do STF para atuar como agente pacificador. Segundo ele, a justiça local vem atuando contra os milicianos. "Aliado ao conflito agrário em si, há enorme instabilidade no exame da questão pelo juízo na origem. São inúmeras as ações possessórias que buscam a retirada dos indígenas das terras na região", escreveu Janot no pedido ao STF.

O pedido, feito dia 30 de janeiro, argumenta que se deve priorizar uma solução provisória prudente e cautelosa, a qual poderá evitar a ocorrência de dano maior à ordem e à segurança pública.

Janot afirma que a proteção da posse dos fazendeiros não poderia ter sido efetivada da forma como ocorreu, na medida em que se prestigiou a comprovação da posse e do esbulho alegadamente sofrido pelos não-índios. O Ministério Público parece preferir o contrário, ou seja, CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

promover a proteção dos milicianos prestigiando a comprovação, por meio do laudo antropológico com claros indícios de fraude uma vez que os índios tupinambá estão extintos há séculos, do esbulho sofrido pelos índios.

De acordo com o MPF, "a manutenção das decisões mina o direito dos Tupinambá e protela o exercício da posse e ocupação de suas terras originárias." Já na visão da equipe do Questão Indígena, a suspensão das ordens de reintegração de posse das propriedades invadidas legitima a ação violenta da milícia indígenóide.

O pedido de Janot ressalta que o deferimento de liminares em ações de reintegração de posse não é solução para o conflito já instalado no sul da Bahia, mas não faz qualquer referência a ação violenta dos índios nas ações de invasão de propriedades. Nos próximos dias o Ministro do STF, Ricardo Lewandovisk, na qualidade de presidente em exercício, deve se manifestar sobre o pedido de Janot.

No dia seguinte à apresentação do pedido de Janot ao STF, o Ministro da Justiça teve um encontro com Lewandovisk. Coincidência?



Saúde na Terra Indígena Vale do Javari: a crise continua (com estudo de 2011 para baixar)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Manifestações diversas nos polos base e nos Dsei (Distrito Sanitário Especial Indígena) Brasil afora não são nenhuma novidade. Há poucas semanas, os Yanomami ocuparam o Distrito e lá permaneceram até, finalmente, conseguirem o que vinham reclamando pelos meios convencionais: a substituição da responsável pelo órgão. Num nível mais amplo, as críticas à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que viria exatamente para substituir a Funasa e garantir os direitos indígenas, são igualmente uma constante, incluindo desde sua coordenação até as escolhas das entidades responsáveis pela execução (acaba de me ocorrer o sentido dúbio dessa palavra) de suas políticas.

Não é de causar espanto, pois, que no dia 28 último, terça-feira, o Ministério Público Federal no Amazonas tenha sido obrigado a recomendar em caráter de urgência que a Sesai providenciasse o envio de uma equipe de saúde ao Vale do Javari e, especificamente, às aldeias 31 Jaquirana e Lobo, no extremo sudoeste do Amazonas. A recomendação mencionava a necessidade de equipamentos e medicamentos necessários ao primeiro atendimento de indígenas doentes e estabelecia que pacientes em estado grave deveriam ser removidos por via aérea. E, embora o Distrito de Saúde Indígena do Vale do Javari tenha contrato vigente para isso, levantava até mesmo a hipótese de uso de aeronaves do Comando do 8º Batalhão de Infantaria na Selva.

A ação do MPF não partiu do nada. No final de 2013, a Procuradoria da República em Tabatinga (PRM/Tabatinga) instaurou procedimento para acompanhar o atendimento médico na região, a partir da morte de duas crianças indígenas, na aldeia São Sebastião. No início deste ano, tinha-se notícia da morte de mais duas, na aldeia 31 Jaquirana, e de outras 21 que estariam doentes, com diarreia e vômito, num surto que já teria se alastrado para a aldeia Lobo.

Estamos no dia 3 de fevereiro e até o momento parece que a recomendação do MPF não chegou ainda à Sesai. Na página que mantém no facebook, há quatro notícias postadas, uma por dia, de 28 a 31. Nenhuma menciona o Vale do Javari, o MPF ou, sequer, qualquer espécie de problema a ser resolvido. No Blog da Saúde, a notícia mais recente ligada à Sesai se refere à visita que o Ministro Padilha fez à tribo Zoé, no dia 21 de janeiro, amplamente fotografada e distribuída para os meios de comunicação. Vale do Javari? Doenças? Nem pensar! Mas com um pouco de persistência e continuando a pesquisa chega-se, finalmente, ao 15º título, de dezembro de 2011 (!): Índios do Vale do Javari são submetidos a exames. A notícia informa que os indígenas portadores de hepatite seriam sexaminados na Casa de Apoio de Tabatinga, e que seriam também feitos testes para verificar a presença de outros vírus, como HIV e sífilis, assim como malária. Entre a aldeia e a Casa de Apoio, são apenas seis dias de viagem, que seriam feitas num barco cedido pela prefeitura de Atalaia do Norte.

CONT.



Tenho certeza de que o MPF no Amazonas não vai esquecer de cobrar uma resposta. Afinal, a recomendação foi feita em Manaus no dia 28... Agora, se o Dsei Manaus usar o mesmo barco usado no transporte dos indígenas doentes para enviá-la até a Secretaria, em Brasília, fica difícil saber exatamente quando alguma medida será tomada a respeito. Ou se ainda haverá de tomar alguma. Afinal, deixar o surto se alastrar já foi uma política utilizada neste país (sem contar as vezes em que ele era inclusive induzido). A verdade é que não sabemos, enquanto isso, quantas crianças mais terão adoecido; quantas terão morrido.

Lembrada essa questão, e já que o próprio Blog da Saúde nos levou ao Vale do Javari em dezembro de 2011, aproveito para socializar de novo um documento extremamente importante, que deve estar esquecido em alguma gaveta de Brasília: Saúde na Terra Indígena Vale do Javari, diagnóstico médico-antropológico: subsídios e recomendações para uma política de assistência. Para baixá-lo, basta clicar AQUI (http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/saudev02baixa_0_1.pdf).

E se desejar ler mais sobre a questão, veja abaixo:

Diagnóstico que retrata a situação da saúde na Terra Indígena do Vale do Javari é entregue à Sesai (<http://racismoambiental.net.br/2011/10/diagnostico-que-retrata-a-situacao-da-saude-na-terra-indigena-do-vale-do-javari-e-entregue-a-sesai/>)

À beira do contágio, por Maria Emília Coelho (<http://racismoambiental.net.br/2012/08/a-beira-do-contagio-por-maria-emilia-coelho/>)

MPF/AM recomenda envio de equipe de saúde e aeronaves a aldeias do Vale do Javari (<http://racismoambiental.net.br/2014/01/mpfam-recomenda-envio-de-equipe-de-saude-e-aeronaves-a-aldeias-do-vale-do-javari/>)



Polícia escolta carros em Humaitá (AM) para evitar conflito com índios

SÍTIO NOTICIDADE, 03.02.2014

Diante do clima de tensão entre moradores e índios, equipes da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança começaram a escoltar os veículos que precisam passar por dentro da reserva indígena dos tenharim, em Humaitá (AM).

A operação de acompanhar os carros começou na sexta-feira (31), um dia depois de cinco índios terem sido presos pela Polícia Federal. A PF aponta os cinco como responsáveis pela morte de três homens que viajavam juntos de carro e passavam pela reserva. Eles estão desaparecidos desde 16 de dezembro.

A escolta começa a partir do desembarque de carros da balsa de Humaitá, no rio Madeira. São veículos que transitam pela rodovia Transamazônica (BR-230) em direção ao Pará.

Os policiais esperam formar um comboio de veículos para então entrar na área indígena. São 40 quilômetros de Transamazônica que cruzam a reserva dos tenharim.

Por medida de segurança, a operação da balsa no rio Madeira passou a se encerrar mais cedo, às 14h. Normalmente, ela funciona até as 19h.

A operação da PRF e da Força Nacional segue por tempo indeterminado. O objetivo é evitar qualquer tipo de confronto entre indígenas e a população.

Em razão do desaparecimento do funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, do representante comercial Luciano Ferreira e do professor Stef de Souza, moradores de Humaitá até atearam fogo no prédio da Funai no fim do ano passado.

Conjuntura Oline



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

Índios devem fechar rodovia hoje em Coronel Sapucaia.

SÍTIO PONTA PORÃ INFORMA, 03.02.2014

O índios cobram mais atenção ao setor de educação da aldeia

Agazetanews

Os líderes da Aldeia Indígena Taquaperi localizada na MS 289 trecho que liga Coronel Sapucaia a Amambai, divulgaram um comunicado que estarão bloqueando a rodovia na manhã de hoje, segunda-feira (3), e não tem prazo para terminar o protesto.

Esse protesto, segundo os índios é devido a situação precária que se encontra o sistema de educação na aldeia, dificultando aos mesmos o acesso a uma educação mais digna e de melhor qualidade.

Por conta desta situação o SESAI (Secretaria Especial de Saúde) suspende o atendimento na reserva indígena hoje.

A FUNAI, órgão responsável pelos índios não se manifestaram sobre o assunto.



Índios guaranis-caioás têm até 26 de fevereiro para deixar área de fazenda
SÍTIO G1, 03.02.2014

*Propriedade foi invadida em Mato Grosso do Sul em 2012.
Lideranças afirmam que a comunidade não pretende deixar o local.*

Índios guaranis-caioás têm até o dia 26 de fevereiro para desocupar a área da Fazenda Serrana, em Mato Grosso do Sul, invadida em 2012. Mas representantes da tribo dizem que não pretendem deixar o local e reclamam da decisão da Justiça e da demora para se decidir a quem pertence a terra.

Os indígenas se reuniram na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) para discutir a decisão judicial. Alda Silva é uma das lideranças do Conselho Indígena da região sul do estado e afirma que a comunidade não pretende deixar o local. "A justiça demora muito para resolver o caso do povo indígena", afirma.

A decisão judicial determina a reintegração de posse da Fazenda Serrana. O acampamento apyca'i fica às margens da BR-463. Essa é a terceira vez que os índios ocupam o local. Antes eles viviam na beira da rodovia.

"A Funai, junto com a procuradoria, tem procurado construir um argumento de convencer a Justiça Federal da necessidade de haver um diálogo que garanta a permanência dessas famílias nessa região, que elas reivindicam enquanto área de ocupação tradicional, até que se finalize o processo de identificação de terras indígenas", diz Diógenes Cariaga, antropólogo da Funai.

Segundo a Funai, cerca de 60 indígenas vivem no local e reivindicam uma área de 3,5 mil hectares da fazenda que, antes de ser ocupada, era arrendada por uma usina para o plantio da cana-de-açúcar.

O acampamento apyca'i é uma das 80 áreas ocupadas por indígenas no estado. Segundo a Funai, a maioria dessas comunidades está na região da grande Dourados.

Em 2006, a Funai começou uma pesquisa para identificar e delimitar áreas consideradas terras indígenas na região sul do estado. O estudo ainda não foi concluído.



Tenharim: na onda de boatos, falácia e desinformação não têm limites

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

O Portal Rondônia Agora está divulgando hoje, 3 de fevereiro (veja foto abaixo), informação de que 120 indígenas Tenharim teriam bloqueado por horas a Transamazônica: “armados com arcos e flechas e pintados para a guerra, eles queimaram pneus e colocaram troncos de árvores impedindo a passagem de veículos”. No que seria um protesto contra as prisões do dia 30, a coisa teria sido ainda pior. Cito:

“O clima na região voltou a ficar tenso depois que quatro funcionários da Embratel relataram que os índios tentaram prende-los em uma aldeia, onde estavam tentando resolver um problema na fiação telefônica dentro da reserva há três dias.

Como não davam notícias há mais de quarenta e oito horas, os familiares dos homens registraram boletim de ocorrência em Apuí, no sul do Amazonas. Ao chegarem na cidade, os homens disseram que a intenção dos índios era usa-los como “moeda de troca” numa suposta negociação pela soltura dos índios presos”.

Na entrevista que fiz ontem com Ricardo Albuquerque, o advogado dos Tenharim, cheguei a mencionar a notícia de que estava sendo repetida desde o dia 31, no Portal Apuí: três homens teriam deixado a cidade em direção à aldeia Tenharim do Igarapé Preto, pela Rodovia do Estanho, e ‘desaparecido’. Segundo o portal, seriam um técnico da Telemar (Martinho Andrade Carvalho, que iria consertar um telefone na aldeia) e dois desconhecidos, 24 horas depois identificados como Alan Catarino Pinheiro e Edimar Freitas Gusmão, de Apuí.

Embora levantasse inicialmente a hipótese de que eles “estejam presos na estrada devido às condições da mesma”, a chamada utilizava foto da Publica, usada na reportagem de Alceu Castilho, com o título “Mais três desaparecidos”. À medida que as horas foram passando, e ainda com a ajuda do Estadão (Aldeias declaram estado de guerra em protesto contra a prisão de indígenas), principalmente, e da Folha de São Paulo, (citada como autora da manchete “Em estado de guerra Indígenas ameaçam sequestrar moradores”, que não consegui encontrar) a bola de neve foi aumentando, assim como os ânimos das pessoas que a comentavam, já para além do portal.

Finalmente, ontem pela manhã, o próprio Portal Apuí registrava (ver também foto abaixo):

“Três pessoas que estavam desaparecidas na reserva indígena Tenharim do Igarapé Preto foram resgatadas no início da noite de sábado. Eles tiveram problemas no carro e caminharam cerca de 20 km até chegar a um barracão abandonado onde outras pessoas estavam acampadas. Foram encontrados pelo dono da empresa de transporte que levou o técnico da Embratel até a aldeia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20./ 2014

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

Eles não foram ameaçados pelos indígenas. Não conseguiram retornar apenas por causa de problemas na estrada e no veículo. As três pessoas que estavam desaparecidas, bem como a equipe de resgate já estão em Apuí". (grifo deste blog)

Pelo visto, o Rondônia Agora esqueceu de fazer o dever de casa pela internet, conferindo pelo menos se a fonte das notícias não tinha qualquer novidade. E presumo isso porque não quero presumir coisa pior, se considerar inclusive o espaço publicitário que encabeça a página: "E só existe uma maneira de amar Rondônia. É continuar a saga dos bandeirantes...". Sem comentários.

-

Abaixo, as fotos das notícias:



CIDADES

Segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014 - 08:40

Tenharim

Compartilhe Tweet 0

Índios bloqueiam Transamazônica em protestos contra prisão de suspeitos

Cerca de cento e vinte índios da etnia Tenharim, bloquearam por horas um trecho da BR 230, a Transamazônica, na região de Humaitá.

Armados com arcos e flechas e pintados para a guerra, eles queimaram pneus e colocaram troncos de árvores impedindo a passagem de veículos.

O protesto foi contra prisão de cinco membros da tribo, acusados pela morte de três pessoas que desapareceram na reserva indígena em dezembro. Os índios foram presos pela PF na última quinta-feira e estão recolhidos em um presídio de Porto Velho.

O clima na região voltou a ficar tenso depois que quatro funcionários da Embratel relataram que os índios tentaram prende-los em uma aldeia, onde estavam tentando resolver um problema na fiação telefônica dentro da reserva há três dias.

Como não davam notícias há mais de quarenta e oito horas, os familiares dos homens registraram boletim de ocorrência em Apuí, no sul do Amazonas. Ao chegarem na cidade, os homens disseram que a intenção dos índios era usa-los como "moeda de troca" numa suposta negociação pela soltura dos índios presos.

Fonte: Com informações do Amazonas em Tempo

Autor: Com informações do Amazonas em Tempo

CONT.



Portal Apuí
há 21 horas

Três pessoas que estavam desaparecidas na reserva indígena Tenharim do Igarapé Preto foram resgatadas no início da noite de sábado. Eles tiveram problemas no carro e caminharam cerca de 20 km até chegar a um barracão abandonado onde outras pessoas estavam acampadas. Foram encontrados pelo dono da empresa de transporte que levou o técnico da Embratel até a aldeia.

Eles não foram ameaçados pelos indígenas. Não conseguiram retornar apenas por causa de problemas na estrada e no veículo. As três pessoas que estavam desaparecidas, bem como a equipe de resgate já estão em Apuí.



Alan Edimar Martinho

Curtir · Comentar · Compartilhar

46

89 pessoas curtiram isso.

Principais comentários ▾



Escreva um comentário...



Daniele Tavares Graças a Deus

Curtir · Responder · 3 · há 21 horas



Noe De Jesus Lima Sera que é verdade mesmo, pois estive em Humaitá no sabado 01/02/14 e o boato que rola é que os índios pegaram foi mais cinco pessoas para se vingar, porque a federal prendeu aqueles indios.

Curtir · Responder · 1 · há 11 horas

Ver mais 5 comentários



Indígena é eleito presidente do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014

Pertencente ao povo Maya Kaqchikel, José Cali conduzirá o 84º período de sessões do Comitê, entre 3 e 21 de fevereiro, em Genebra, Suíça

SEPPIR - José Francisco Cali, do povo Maya Kaqchikel da Guatemala, foi eleito presidente do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas (CERD/ONU). Ele é o primeiro indígena a ocupar o cargo e o seu mandato será exercido por dois anos, que incluem a responsabilidade pela condução do 84º período de sessões da instância, entre 3 a 21 de fevereiro, em Genebra, Suíça.

O anúncio foi feito no dia 23 de janeiro, por Mírian Masaquiza, que é membro do Secretariado do Fórum Permanente para as Questões Indígenas da ONU, por meio de suas redes sociais.

José Cali apoiou várias organizações civis indígenas e de Direitos Humanos, assim como instituições governamentais que respondem por essas agendas na Guatemala e a nível internacional. Foi diretor de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores do seu país, onde assumiu também a presidente do Programa Nacional de Compensação.

O Comitê

O CERD é o organismo das Nações Unidas encarregado de monitorar a aplicação, pelos Estados signatários, das disposições da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. A instância foi instituída em virtude do art.º 8.º dessa Convenção.

Regularmente, os Estados signatários apresentam relatórios ao Comitê, enunciando as medidas adotadas para tornar efetivas as disposições da Convenção. Os documentos são analisados e discutidos entre representantes dos Estados e do CERD, que emite as observações finais, salientando aspectos positivos e os problemas para os quais recomenda soluções que lhe pareçam adequadas.

O Comitê tem também competência para formular recomendações gerais relativas às disposições da Convenção, bem como para examinar queixas interestaduais e individuais, apresentadas por pessoas ou grupos de pessoas que aleguem ser vítimas da violação de qualquer dos direitos consagrados na Convenção. Faz-se necessário que o Estado reclamado tenha declarado, nos termos do art.º 14.º da Convenção, que reconhece a competência do Comitê para tal efeito.

A Convenção prevê que os Estados que tenham formulado tal declaração possam estabelecer um organismo nacional competente para receber e examinar queixas de discriminação racial, só se admitindo recurso para o Comitê, nesse caso, se os queixosos não tenham obtido ganho de causa junto estas instâncias.